



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE LETRAS**

**DANILO PEREIRA DOS SANTOS**

**A CULTURA DA VIOLENCIA PRESENTE NA VIDA POLITICA  
BRASILEIRA:  
Uma reflexão a partir da leitura  
de “Sargento Getulio” de João Ubaldo Ribeiro**

**SALVADOR-BA  
2017**

**DANILO PEREIRA DOS SANTOS**

**A CULTURA DA VIOLENCIA PRESENTE NA VIDA POLITICA  
BRASILEIRA:  
Uma reflexão a partir da leitura  
de “Sargento Getulio” de João Ubaldo Ribeiro**

Monografia apresentada à Universidade Federal da Bahia – UFBA, Instituto de Letras, como requisito parcial de conclusão do Curso de Bacharelado em Letras Vernáculas.

Orientação: Prof. Dr. Jesiel Oliveira Filho

**SALVADOR-BA  
2017**

**A CULTURA DA VIOLENCIA PRESENTE NA VIDA POLITICA  
BRASILEIRA:  
Uma reflexão a partir da leitura  
de “Sargento Getulio” de João Ubaldo Ribeiro**

Monografia intitulada **A CULTURA DA VIOLENCIA PRESENTE NA VIDA POLITICA BRASILEIRA: Uma reflexão a partir da leitura de “Sargento Getulio” de João Ubaldo Ribeiro**, de autoria de Danilo Pereira dos Santos, apresentada à Universidade Federal da Bahia – UFBA, Instituto de Letras, como requisito parcial de obtenção do título de bacharel em Letras.

---

Prof. Dr<sup>o</sup> Jesiel Oliveira Filho

(UFBA/IL) – Orientador

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Denise Carrascosa Franca

(UFBA/IL)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Tatiana Sena dos Santos

**SALVADOR-BA  
2017**

## RESUMO

Esse estudo teve por objetivo debater a cultura da violência na sociedade brasileira e os impasses que vivemos. Queremos oferecer um aporte literário para esse debate discutindo alguns aspectos da obra *Sargento Getúlio*, escrita em 1972 por João Ubaldo Ribeiro. Tendo como enfoque às cenas desta novela nas quais acreditamos ler representações dos fatores que perpetuam a violência como fator constante da cultura política brasileira. Avalia-se que este texto pode ser interpretado por meio de uma articulação entre referenciais teóricos da literatura e da sociologia. Utilizou-se teóricos como fundamentação BARTHES(2007), CANCELLI(2014), CANDIDO(2006), CHAUÍ(2006), COSTA(1986), EAGLETON (1997), MARCONDES e os dados oferecidos pelos estudos sobre a violência no Brasil que estão nos mapas sobre violência e anuários sobre segurança pública realizados entre 2014 e 2016, entre outras leituras que sustentam os estudos. Com base nas reflexões, chegamos ao fim desse trabalho compreendendo o quanto é fundamental o debate sobre a violência na sociedade brasileira, tendo elevados índices de mortalidade por arma de fogo, as principais vítimas têm geralmente a mesma cor e a mesma classe social, o número de jovens negros mortos é crescente, da mesma forma que a violência contra mulheres e LGBT's cresce em níveis estratosféricos, o que nos traz a evidência que ainda há muito o que caminhar e refletir sobre o tema e por esse motivo, manifestamos a vontade de continuar os nossos estudos e reflexões, contribuindo para que outros espaços e estudos sejam realizados.

**Palavras chave:** Violência; Cultura Política; sociedade.

## ABSTRACT

This study aimed to discuss the culture of violence in Brazilian society and the impasses we live. We want to offer a literary contribution to this debate by discussing some aspects of the work *Sergeant Getúlio*, written in 1972 by João Ubaldo Ribeiro. Focusing on the scenes of this novel in which we believe to read representations of the factors that perpetuate violence as a constant factor of the Brazilian political culture. It is evaluated that this text can be interpreted through an articulation between theoretical references of the literature and of sociology. We used theorists such as Barthes (2007), CANCELLI (2014), CANDIDO (2006), CHAÚÍ (2006), COSTA (1986), EAGLETON (1997), MARCONDES and data offered by studies on violence in Brazil that are in the maps on violence and yearbooks on public security conducted between 2014 and 2016, among other readings that support the studies. Based on the reflections, we come to the end of this work, understanding how fundamental is the debate about violence in Brazilian society, having high firearm mortality rates, the main victims are generally the same color and social class, the number of young black people is growing, in the same way that violence against women and LGBT's grows at stratospheric levels, which brings us to the evidence that there is still much to walk and reflect on the subject and for this reason, we express the desire to continue our studies and reflections, contributing to other spaces and studies being carried out.

**Keywords:** Violence; Political Culture; society.

# SUMÁRIO

Introdução .....	7
A Literatura Como Espaço De Reflexão.....	11
Porque escolhemos a violência?.....	15
O Patriarcado como ideologia dominante e violenta.....	21
João Ubaldo.....	31
A Obra.....	32
Construindo diálogos .....	43
Considerações e reflexões .....	48
Referencias:.....	51
ANEXO.....	54

## **Introdução**

Discursos e sentidos sobre a violência são gerados cotidianamente no Brasil, sejam referentes às nossas vidas privadas ou em dimensões coletivas, fenômeno que não só atinge os sujeitos envolvidos, mas também repercute em escala nacional, nos colocando como testemunhas, vítimas e autores de crimes cometidos a todo instante.

A sociedade brasileira vem se construindo a partir de fatos que têm a violência como um princípio que poderíamos chamar de estruturante, considerando as formas como ela se reproduz e como foi, e continua a ser, legitimada, dentro dos mais diferentes contextos históricos, sob os mais diversos argumentos, os quais, depois de tudo, atacar os diferentes, manter a desigualdade, a injustiça, a propriedade privada e a força predatória dos interesses dos que ainda controlam o cenário político e econômico do nosso país.

Compreendemos que a literatura configura um espaço de intercâmbio e reflexão pelo qual também circulam os valores socioculturais. No Brasil, ela foi abertamente exercida, desde o século XIX, com a função de construir identidades e mitos que até hoje fazem parte do imaginário nacional, apesar dos baixos índices de leitores que a maioria das pesquisas reconhecem como ativos. Nas últimas décadas, as interações entre o discurso literário brasileiro e outras artes, sobretudo o cinema e o teatro, ampliaram substancialmente a propagação de imagens literárias da nacionalidade.

Justificamos assim a importância em utilizar textos ficcionais e ferramentas da crítica literária para abordar um tema de tamanha complexidade nos dias de hoje, como sabidamente é a violência. Análises de representações artísticas dos acontecimentos históricos têm cumprido um papel relevante para estabelecer canais de comunicação do pensamento acadêmico com dimensões da realidade que, devido ao modelo de ensino excludente, permanecem estranhamente ignorados, ou marginalizados, nas universidades.

Cada obra surge em determinado contexto, que exerce grande importância na composição da mesma, mas, a depender das leituras, podem-se abrir variadas perspectivas de interpretação. Tais orientações básicas nos auxiliam neste Trabalho de Conclusão de Curso, nos dando possibilidades de firmar diálogo entre a produção

artística e o círculo em que ela foi inserida e consumida. A partir do romance *Sargento Getúlio* podemos traçar uma densa correlação entre períodos distintos da nossa história que compartilham o mesmo traço, os grupos políticos se utilizando de artifícios da violência para a sua permanência.

Auxiliando-nos nesse debate entre literatura e sociedade e principalmente com estudiosos que se debruçaram sobre o tema da violência na nossa sociedade e principalmente na política, buscamos o historiador José Honório Rodrigues, imortal da academia brasileira de letras, falecido em 1987, professor e ensaísta. Vamos utilizar a obra “Conciliação e Reforma no Brasil: um desafio sociocultural”.

Mas em conclusão, pode se dizer que foi a massa indígena e negra, mestiça e cabocla, a que mais lutou e a que mais sofreu a repressão violenta, pois era a que tinha maiores reivindicações sociais; ela foi ambivalente no seu comportamento, essencialmente conciliadora nas relações humanas e ora conformada, ora inconciliável nas relações políticas ou sociais; mais tarde passou a contar com a colaboração de sucessivas lideranças populares radicais que a conduziram para revoltas violentas, suprimidas com cruzeza e que tornaram cruenta nossa historia, pelo sacrifício pessoal de lideres e de gente do povo. (RODRIGUES, 1982. Pag. 36)

A nossa formação social não seria a mesma sem a construção de um estado violento capaz de regular as nossas relações a partir de um programa que unisse rigor e subalternidade a partir de um pacto nacional onde a violência fosse o carro mestre da nova ordem. A pesquisadora Elizabeth Cancelli, que pesquisou sobre a violência policial no período em que Getúlio Vargas governou, de 1930 a 1945, período retratado na obra, nos traz referências importantes sobre o que discutimos no nosso trabalho.

Francisco Campos, futuro ministro da Justiça entre 1937 e 1941, um dos mais importantes ideólogos do regime e naquela época consultor-geral da República, daria uma importante conferência, chamada de 'A política de nosso tempo', (...) Campos explanava como o valor supremo da sociedade não se constituía no homem, mas na nação e no Estado, aos quais o homem deveria o sacrifício de corpo e alma. Campos confirmava ainda que através do mito do nacionalismo se chegaria à projeção simbólica da unidade da nação num mundo típico, uniforme e coletivo, onde ao Estado caberia gerar a mentalidade de massa, numa integração só capaz de ser verificada através de transformações advindas da violência. Ou seja, o Estado não só se outorgava o monopólio legítimo do uso da violência, mas fazia dela seu agente de transformação revolucionária. (CANCELLI, 2014. Pag. 25,26)

Caminhando na nossa busca por construir relações em momentos distintos, trataremos também reflexões sobre o momento em que a obra foi escrita e publicada, o que evidenciamos é que a utilização da violência como um artifício da política.

Durante o regime militar foram criados vários órgãos de repressão, como o SNI, os DOI-CODI, o CIEX, o CENIMAR, a CISA, além do fortalecimento



dos DOPS em todos os Estados. Foram criados ainda os Inquéritos Policiais Militares (IPM), cujos objetivos eram processar e criminalizar militantes e políticos que lutavam contra o regime militar. Somente o projeto Brasil: Nunca Mais (BNM) conseguiu reunir cópias de 717 IPM, em que foram processadas mais de 20 mil pessoas (ARNS, 1985). Muitos dos processos não vieram à tona e estão ainda por ser verificados. Esperamos que, com a Comissão da Verdade, que em 2012 irá se instalar, outros documentos surjam para o conhecimento da sociedade brasileira. (PRIORI, A., ET al.2012. Pag. 201)

O que queremos debater no nosso trabalho é a preservação desse traço até os dias de hoje, a sociedade brasileira continua legitimando a matança da população negra e mestiça por compreender que nela há um risco eminente para os outros, como nos apontam o Mapa da Violência, pesquisa realizada pela Flacso (Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais).

Ainda mais perversa e preocupante é a seletividade racial dos HAF, além de sua tendência crescente. Entre 2003 e 2014, as taxas de HAF de brancos caem 14,5, em 2003, para 10,6, em 2014; enquanto a taxa de homicídios de negros aumenta 9,9%: de 24,9 para 27,4. Com esse diferencial, a vitimização negra do país, que em 2003 era de 71,7%, em poucos anos mais que duplica: em 2014, já é de 158,9%, ou seja, morrem 2,6 vezes mais negros que brancos vitimados por arma de fogo. (WAISELFISZ. Pag. 72. 2016)

Caminhando nesse debate sobre a violência e buscando construir relações com o texto e tema que trabalhamos, é fundamental discutimos a violência de gênero no país e principalmente o alto índice de morte violentas entre mulheres, principalmente envolvendo crimes de família, nesse sentido é importante compreender os termos que surgiram para nos auxiliar no debate e construir relações com o debate que faremos no nosso trabalho.

Para nos auxiliar nesse debate buscamos construir diálogos com estudiosos que aprofundaram a discussão sobre a violência de gênero a relacionando com o patriarcado, nesse ponto é fundamental citar Heleieth Saffioti (1934-2010) Socióloga, Professora, Escritora e Pensadora Feminista.

Violência de gênero é o conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. (SAFIOTTI, 2001. Pag. 115)

Discutir a questão de gênero no nosso trabalho é o primeiro passo para discutimos o patriarcado na sociedade brasileira, a maioria dos casos de violência contra

a mulher ocorre dentro do seu domicílio e é cometida por conhecidos, ou seja, a vida da mulher ainda é tida como posse do pai/mãe e depois do marido.

Perante a inexistência atual de dados ou fontes específicas, foi também necessário desenvolver uma metodologia para estimar os quantitativos de feminicídios no País, segundo as definições da nova Lei 13.104/2015, que tipifica como crime hediondo o assassinato de mulheres no âmbito doméstico e familiar, por condição de sexo feminino. Utilizando os dados do Sinan (que registra compulsoriamente casos de agressão contra mulheres de quaisquer idades, atendidas pelo SUS), foi estabelecida a proporção de mulheres agredidas por um familiar direto e projetada essa proporção sobre o total de homicídios femininos acontecidos em 2013. Por esse procedimento, teríamos que, do total de 4.762 vítimas femininas registrado em 2013 pelo SIM, 2.394, isso é, 50,3% do total de homicídios de mulheres, nesse ano, foram perpetrados por um familiar direto da vítima (7 por dia). (WASELFSZ, 2015. pag. 74, 2015.)

Por mais que possamos dizer que a nossa sociedade evoluiu em certos pontos, afirmamos que o uso político da violência ainda segue o modelo dos tempos passados, mesmo que se mudem as justificativas, as vítimas continuam tendo os mesmos traços. O nosso trabalho ficaria incipiente se não trouxéssemos esse debate para os dias de hoje e analisasse com o aporte da obra que escolhemos e dos autores com que dialogamos os impactos da cultura da violência na nossa sociedade.

Escolhemos para o nosso trabalho texto de um autor aclamado e de expressiva popularidade, João Ubaldo Ribeiro: baiano, formado em direito pela Universidade Federal da Bahia, imortalizado pela Academia Brasileira de Letras, faleceu em 2015. Escreveu como poucos sobre as singularidades do povo brasileiro e buscou fortalecer outro olhar sobre a cultura. Recebeu, em 2008, o Prêmio Camões de literatura.

*Sargento Getúlio* foi publicado em 1971, fazendo de Ribeiro vencedor, em 1972, do Prêmio Jabuti de “escritor revelação”. Foi adaptado para cinema pelo diretor Hermano Penna, tornou vencedor do Festival de Gramado de 1983. Conta a história de um sargento da Polícia do Estado de Sergipe que recebe a ordem do seu superior de trazer um preso político à capital Aracaju. Ambientado numa conjuntura instável politicamente, a ordem muda e torna a tarefa uma intrigante discussão sobre o papel do Estado na institucionalização e preservação daquilo que denominaremos de “cultura da violência”. Optamos por essa obra por entender que, para trabalharmos o tema do modo que desejamos, necessitaríamos de uma narrativa que divergisse do enfoque na visão da vítima, do sofrimento de quem foi torturado, de quem foi violentado por diversas formas, mais tradicional na ficção brasileira. Este romance nos traz a visão de um sujeito que é formado pelo Estado para cometer atos violentos, exercendo essa atividade

como se fosse um genuíno funcionário público. Como podemos verificar nesse trecho retirado da obra;

Sargento, olhe sargento, o problema é que foi um engano, sargento, um engano que foi mandar o senhor buscar o homem em Paulo Afonso, agora temos complicação. Quem disse isso, foi o chefe? Foi o chefe que disse, não tem mais condição de abertura, a coisa mudou. Foi o chefe que mandou o recado? Foi, foi. E porque não veio ele? An, responda essa. Não veio porque não quer deixar ninguém saber que foi mandado dele. Vem força federal, vem tudo. E o resto se ajeita em Aracaju. (RIBEIRO, 2003. Pag. 97)

Para lograr êxito na nossa tentativa de construir relações entre a obra e a nossa contemporaneidade, vamos estabelecer o debate entre a obra e o discurso midiático que cobre acontecimentos violentos, faremos essa movimentação por compreender que a mídia hoje opera sentidos e significados que contribuem para a expansão e legitimação da cultura de violência em nossa sociedade.

Cultura da violência é promovida pela mídia como uma resposta ao cotidiano social que busca combater a rotina, proteger-se e livrar-se do perigo, em uma negação que equivaleria a uma pessoa dizer “ainda bem que não aconteceu comigo”. Não importa mais a informação, mas o quanto o elemento violência é capaz de ser mantido a fim de expiar a angústia dos indivíduos. (CARVALHO DW, FREIRE MT, VILAR G. 2012. Pag.436).

## **A Literatura Como Espaço De Reflexão**

As produções artísticas tem tido presença recorrente nos debates e questionamentos sobre as representações de mundo e os diferentes modelos sociais existentes. Elas são utilizadas como aporte pelas mais distintas áreas do conhecimento, fornecendo registros discursivos e imagens <sup>1</sup>que são apropriados por inúmeras linhas teóricas, gerando diversos recortes de leituras que podem embasar ou renovar avaliações críticas das realidades históricas. Em nosso caso, nos ajudar nessa busca por explicações, sínteses e considerações sobre a nossa violenta sociedade.

Optamos pela literatura também porque valorizamos estudos de cunho interdisciplinar. Na nossa compreensão, emparelhada com a de Barthes, 1977. Uma obra literária nos proporciona uma articulação “enciclopédica” de temas, que nos permite ir além, buscando novos olhares, novos diálogos, sempre necessários, pois, ao

---

<sup>1</sup> literatura assume muitos saberes. Num romance como *Robinson Crusóé*, há um saber histórico, geográfico, social (colonial), técnico, botânico, antropológico (Robinson passa da natureza à cultura). Se, por não sei que excesso de socialismo ou de barbárie, todas as nossas disciplinas devessem ser expulsas do ensino, exceto numa, é a disciplina literária que devia ser salva, pois todas as ciências estão presentes no monumento literário.(BARTHES, 2007. P. 17)

passo que muda a nossa sociedade, também precisam se modificar os nossos modos de compreender o mundo. A obra em causa traz uma questão que infelizmente persiste, transversal a todos os avanços dos direitos civis no Brasil, reproduzindo-se como interminável tragédia, evidenciando a falta de evolução naquilo que deve ser fundamental em qualquer comunidade, ou seja, o respeito à vida e à dignidade humana.

Conforme sabemos, a literatura proveu contributos primordiais para a formação do Brasil e dos brasileiros, inscrevendo mitos e leituras que até hoje fazem parte do imaginário Social e político. Por isso não se pode menosprezar o embate entre passado, atualidade e o que virá a traçar a história da literatura brasileira, em especial nos textos que parecem mostrar a terrível violência constitutiva do mundo colonial se mantendo presente, resistindo ao país que busca a sua independência e autonomia cultural. Corroborando com o nosso entendimento sobre o caminho que queremos trilhar a analisar a obra, trazemos para o nosso debate o crítico literário Antonio Candido, que debate em suas obras a questão de se problematizar elementos constitutivos da sociedade.

Quando fazemos uma análise deste tipo, podemos dizer que levamos em conta o elemento social, não exteriormente, como referência que permite identificar, na matéria do livro, a expressão de uma certa época ou de uma sociedade determinada; nem como enquadramento, que permite situá-lo historicamente; mas como fator da própria construção artística, estudado no nível explicativo e não ilustrativo. (CANDIDO, 2006. P.16 e 17)

O caminho que escolhemos para o nosso trabalho enfoca a obra literária buscando fomentar espaços de debates que propiciem novas leituras e interpretações sobre os significados que a narrativa produz e as relações que esses têm com problemas nacionais.

Para nós, todo exercício de interpretação é também um exercício de reflexão, pois o leitor precisa não somente decodificar o que ali está escrito, é necessário um exercício que o leve a compreender o significado que todo aquele amontoado de palavras constrói quando se junta em um texto, caminho que pode ser trilhado visando uma compreensão ampliada do texto e de suas relações com os referentes de sentido, em particular, sobre quais são os efeitos dessas obras na sociedade, quais debates a abordagem literária de tal temática levanta.

Nossas leituras estão baseadas nas visões de mundo que carregamos, as quais refletem fatos e condicionantes que vivenciamos, assim como muitas pessoas passam

boa parte da vida refletindo sobre o que leram e lêem, sobre quais são os impactos de textos, como este escrito por Ribeiro, nas concepções e projetos com que nos inserimos na história humana. Levando essa compreensão à risca, não podemos entender o texto literário restrito ao campo dos esteticismos, ele faz parte desse processo, dialético e dialógico, de construção do próprio mundo mediante as maneiras como o retratamos.

Mas se tomarmos o cuidado de considerar os fatores sociais (como foi exposto) no seu papel de formadores da estrutura, veremos que tanto eles quanto os psíquicos são decisivos para a análise literária, e que pretender definir sem uns e outros a integridade estética da obra é querer, como só o barão de Münchhausen conseguiu, arrancar-se de um atoleiro puxando para cima os próprios cabelos. (CANDIDO, 2006. Pag. 22)

Neste TCC, a linguagem ficcional nos instiga a uma busca que inter-relacione os significados do texto às perspectivas e situações representadas. Fazer essa movimentação entre o mundo e a literatura construindo leituras cruzadas é, em linhas gerais, o método que nos encaminha para a reflexão que propomos aqui, de maneira a explorar, metodologicamente, contrastes e paralelismos.

Através dessa pesquisa queremos verificar como os estudos literários podem intervir no debate complexo sobre a violência no Brasil, enfocando as componentes políticas que possibilitam naturalizar os fatores que transformam a sociedade brasileira em uma das mais violentas do mundo. Para obter êxito nessa tentativa trazemos a socióloga Marilena Chauí, que traz leituras importantes sobre a formação da sociedade brasileira, com enfoque especial na violência.

Legitimada no plano do saber e cristalizada no plano das instituições, a violência é o ar que respiramos, são as ações que praticamos, interiorizada e realizada nas relações pessoais, sociais, econômicas e políticas. Porque somos seus agentes e pacientes não a percebemos, se não quando ultrapassa os limites do costumeiro. (CHAUÍ, 2013. Pag. 242)

Podemos qualificar como indissociável a relação entre esta obra de João Ubaldo e o período histórico no qual foi escrita, e os diálogos que ela possibilita com outros períodos históricos que tiveram as mesmas características no que tange a repressão policial, o que vimos na ditadura militar foi o resultado de um processo histórico onde o uso da força repressiva do estado foi levado ao extremo, sendo legitimada pela maioria da população.

Por outro lado, constatou-se, ao longo de 21 anos de permanência dos militares no poder, que a existência de uma administração democrática foi apenas fictícia, haja vista o contundente papel repressor desempenhado pelos órgãos policiais e jurídicos a fim de suplantar possíveis distúrbios sociais que

afetassem o andamento das atividades do Poder Executivo. (PRIORI, A., ET al.2012 Pag. 202)

Buscando fortalecer o nosso trabalho e as nossas reflexões, trazemos o crítico literário e professor de Literatura Brasileira na UNESP João Luis Cardoso Tápias Ceccantini, que nos trouxe contribuições importantes para auxiliar a nossa interpretação sobre a obra estudada no seu artigo “Brava gente brasileira” publicado nos “Cadernos de Literatura Brasileira” do Instituto Moreira Salles no ano de 1999.

A brasilidade se revela na narrativa a partir de uma síntese negativa, que é da perpetuação de um sistema econômico e político injusto, disseminador de desigualdades e miséria, afeito ao autoritarismo e à falta de liberdades, apontando tanto para o passado do país e o processo colonizador predatório de que foi objeto quanto para o presente tenebroso em que é escrita e publicada a narrativa. (CECCANTINI, 1999. pag. 108)

O nosso exercício de reflexão seria incipiente se não levarmos em conta obra de Ribeiro nos convida, a todo o momento, a revisitar a história política do Brasil. O Sargento Getúlio, personagem principal, surge em meio às transformações do meio político brasileiro e as suas implicações nas vidas das pessoas, que nem sempre acompanham essas modificações com tanta rapidez. É cabível dizer que há todo um movimento político-cultural que se propaga através do pensamento da personagem principal, a obra é a busca por esse autoconhecimento, tanto da personagem como do momento histórico.

Nesse romance denso, em que a linguagem impregnada de oralidade se articula quase como um único monólogo interior do sargento, o leitor é levado a conhecer a psicologia rude, bruta, violenta, primitiva, animalizada, mas, por vezes, também ingênua e cheia de lirismo, desse anti-herói rural nordestino, fortemente marcado pelo meio em que vive. (CECCANTINI Pag. 107, 1999)

Ao longo do nosso trabalho vamos recorrer ao que problematizamos para aprofundar a nossa análise sobre a obra, e compreender como o patriarcado se instituiu na nossa sociedade como uma forma de se compreender e fazer política. Na obra verificamos a relação patriarcal de variados modos, desde a relação que o Sargento tem com o seu superior até a que ele estabelece com as mulheres. Como podemos ver nesse trecho da obra;

Compro Quina Petróleo Oriental, como o Chefe usa e sai todo besuntado, passeando na João Pessoa, de roupa branca e um lenço no bolso e dando aquelas paradas para conversar e explicar a situação e depois sentando para tomar cerveja e comer queijo com um molho preto por cima. Para mim o Chefe campá as mulheres da miuçalha toda, quando quer. É entrar naquela sala e sair galada. Para mim é isso. Quina Petróleo Oriental. (RIBEIRO, 2003. Pag. 16)

A literatura nos possibilita esses debates, pois ela compreende a realidade e a transforma em arte, reconstruindo fatos, realçando personagens que passam ao largo do discurso histórico oficial, nos trazendo um olhar diferenciado, mais sensível e humanizado dos fatos que marcam a vida política do nosso país.

Pretendemos, então, compreender a obra literária como um recorte da realidade, cuja análise nos possibilita não só encontrar pontos de intersecção entre arte e realidade, mas ir além, construindo nexos que extrapolam simples fotografias ou ecos de vozes que se repetem, dando visibilidade a redes discursivas que atuam na formação das concepções e respostas sobre a sociedade e seus dilemas.

O romance que estudamos nesse trabalho, como alertamos antes, foi escrito numa conjuntura reconhecida como o período mais repressivo da ditadura militar, o início da década de 1970. Não é difícil notar o paralelismo que o enredo sugere entre o Brasil de 70 e o Brasil de 40, sendo certamente a violência exercida pelos agentes do Estado o principal articulador entre essas conjunturas. No decorrer de nossa exposição, apresentaremos referenciais que evidenciem essa correlação, daí desdobrando pontes que possam ser estendidas até a atualidade. Em certa medida, trata-se de refletir sobre a experiência de leitura dessa obra considerando-se o quanto tem se aprofundado a “cultura da violência”. Tentar fazer essa leitura utilizando marcos da nossa contemporaneidade, e sem menosprezar as diferenças contextuais, nem suas similaridades.

Violência é também compreender a violência como uma questão de polícia e não como uma cultura. É pensar que mais violência pode interromper ou conter a violência, é não saber o que todo mundo sabe, que violência gera violência. O que precisamos é de uma mudança cultural que comece por reverter nossa história de violência, que vem desde o descobrimento, contra os índios, passando pela escravidão, continuando contra os negros e pobres. Precisamos rever nosso racismo cordial e assumir que temos preconceito e um racismo encoberto, disfarçado, mas nem por isso menos abjeto.(...)  
(VENTURA, 2001)

### **Porque escolhemos a violência?**

Conforme já expusemos, a violência se encontra tão imersa na sociedade brasileira, desde sua fundação, que torna difícil caracterizar as diversas práticas que a consomem e perpetuam através do tempo. Justamente por abranger um variado conjunto de práticas políticas e culturais, ainda mais difícil parece ser encontrarmos “saídas” para enfrentar a violência que não passem pela punição desumanizante e pelo apagamento do

outro. Buscando debater sobre o tema “cultura da violência” trazemos a definição de Ciro Marcondes e Zuenir Ventura.

“Haveria uma cultura de violência, como *habitus*, incorpora as práticas de violência. E essa cultura se realiza de diversas formas, dentre as quais é possível distinguir algumas predominantes no caso brasileiro: violência como regra de conduta, como código, no anonimato urbano; como vetor *estruturante* da organização social (Rocha, 1998; Coletivo NTC, 1996:213) violência como meio de imposição incontornável na esfera de técnica (Coletivo NTC, 1996:245) violência como exclusão inconsciente nos sistemas sociais de comunicação (Coletivo NTC, 1996: 222 e 228); violência tecnocrata e “suicidária” contra as futuras gerações (Jonas, 1998)”. (MARCONDES. 2001. Pag. 20)

A violência no Brasil se apresenta de diferenciados modos, nos mais diversos setores da sociedade, nos mais diversos espaços, difícil encontrar um local onde não tenhamos relatos de violências, hoje as pesquisas apontam para o aumento de violência dentro do espaço escolar contra professores e entre os estudantes, no mundo do futebol os assassinatos que envolvem briga de torcidas organizadas crescem a cada ano, violência contra os grupos que sempre foram os mais vulneráveis como mulheres, LGBT, crianças, idosos e principalmente a juventude negra.

É bom entendermos duas coisas. Primeiro, que a história do Brasil é marcada por uma extraordinária violência, sempre aplicada de cima para baixo. A escravidão, por exemplo, foi crudelíssima, uma iniquidade. Segundo, não são apenas os pobres e os miseráveis que respondem às tensões sociais dos dias de hoje — ou seja lá que fatores estejam alimentando a coisa — com violência, que também não se resume à criminalidade. A **cultura da violência** é um padrão de relacionamento entre pessoas, que estamos absorvendo e reproduzindo opressivamente em nosso cotidiano, e que se manifesta desde a agressividade em situações corriqueiras, o que revoga, em parte, nossa face cordial, às grades cercando prédios e praças, que mudam o cenário das ruas das cidades deste país. (VENTURA, 2001)

Aprofundando as nossas leituras sobre o que acreditamos ser a “cultura da violência” buscamos o aporte teórico do Jurandir Freire Costa, Graduado em Medicina pela Universidade Federal de Pernambuco. É Professor Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e colaborador do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro. Escreveu *Violência e Psicanálise* em 1984.

“Violência contra a pessoa; violência no trabalho; violência no trânsito; violência das discriminações; violência nos esportes; violência nos serviços de saúde; violência policial; violência contra o patrimônio”. A listagem poderia prosseguir, obrigando-nos a constatar que a violência invadiu todas as áreas da vida de relação do indivíduo: relação com o mundo das coisas, com o mundo das pessoas com seu corpo e mente.(COSTA.1986, Pag. 09)



Segundo os dados apresentados sobre violência no Brasil, mata-se mais aqui do que em qualquer conflito armado em outra parte do mundo, “*o Mapa da Violência de 2016*” aponta que cerca de 44 mil pessoas foram mortas por arma de fogo no Brasil no ano de 2014, contrariando a imagem de povo pacífico e ordeiro e evidenciando que a sociedade em que vivemos tem por característica o crescimento da brutalidade. Em contrapartida, nota-se que o estado brasileiro e os seus grupos dirigentes pouco ou nada investem em buscar saídas pacíficas, em alternativa ao abuso de força tão costumeiro quanto ineficaz. Na prática, discursos de campanha e políticas executadas apontam para o aumento do poder repressor da máquina estatal, posicionando-o como um dos centros irradiadores da “cultura de violência” que vivenciamos.

O que temos hoje é uma sociedade que consome violência em altos níveis e a reproduz da mesma forma, a cultura da violência, ao nosso entender se dá nessa via de mão dupla, consumo e reprodução, a mesma sociedade que consome massivamente violência é a mesma que a reproduz em todos os espaços. É a omissão do médico em tratar de um paciente, é a opressão do professor em sala de aula, são as fotos tiradas de pessoas mortas em vias públicas e depois compartilhadas nas redes sociais, é o desrespeito a vida em todas as dimensões possíveis e que no final legitima todas as ações violentas oriundas das forças repressivas do estado.

Discutir o papel que as corporações militares têm na sociedade brasileira é refletir sobre qual o grau de violência admitimos que exista, o (ABSP) “*Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016*”<sup>2</sup> trouxe em seus dados que a Polícia Militar Brasileira é umas das que mais mata no mundo, de 2009 a 2015 17.688 pessoas foram mortas em ações da Polícia. O equívoco nessa questão é acreditar que a Polícia age só, que é um corpo autônomo da sociedade e sem nenhuma condição de diálogo ou interferência entre essa e o meio social que habita<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Gráfico em anexo com dados retirados do ABSP – 2016, trazendo dados atuais sobre violência no Brasil.

<sup>3</sup> O fortalecimento do setor da sociedade que defende a ampliação dos aparelhos repressivos do estado vem aumentando dentro dos espaços mais importantes na nossa sociedade, ao ponto do ex secretário de segurança do Estado de São Paulo Alexandre de Moraes, defensor da guerra ao tráfico de drogas e do aumento da repressão policial, ser alçado a ministro do STF.

Como podemos ler no romance, a conjuntura política influencia decisivamente a ação do personagem na obra, ele não age por instinto ou vontade: “eu sou político, não mato a toa”(RIBEIRO.1971,p.25)

Como hipótese de trabalho, supõe-se que, no Brasil, a violência fundadora assente-se – do ponto de vista histórico – sobre uma cultura tradicionalmente herdada, com raízes na sociedade escravocrata, no tipo de colonizador que aqui se instalou e na transposição de práticas persecutórias e perversas da metrópole, realizando-se, no século XX, por meio de traços marcadamente típicos de nação de periferia do capitalismo.( MARCONDES 2001. Pag. 21)

O que nos preocupa, de fato, é a legitimação desse poder dentro da sociedade brasileira. Mesmo com a sociedade conseguindo alcançar certo grau de avanço em áreas importantes na economia, industrialização e acesso à educação e novas tecnologias, a política de segurança pública continua a ser baseada na mesma racionalidade que presidiu, há quase dois séculos atrás, a precária abolição da escravatura, gerando-se uma imensa população negra semi liberta que, além de não receber nenhum tipo de ajuda do Estado, de imediato se torna o alvo dos aparatos institucionais da violência.

“A despeito dos avanços observados no país desde a redemocratização, fato é que a sociedade brasileira e suas instituições ainda são coniventes com o abuso policial, compreendido por muitos como instrumentos legítimo de controle do crime”. (ABSP. 2014. pag.14)

A violência seguiu marcando quase que de forma incontornável todas as transformações sociais e políticas modernas, regidas sempre por confrontos entre classes sociais que se opõem, se antagonizam de forma polarizada em defesa dos seus interesses e que duelam pelo controle político e ideológico numa determinada época.

Na história do Brasil não é diferente, a violência, como disto aqui antes, foi uma das principais marcas da colonização no território, foi cultuada na inquisição da igreja católica como fonte da purificação dos escravos, foi elevada a elemento fundamental na conquistas de territórios e principalmente a mais importante arma da coroa portuguesa para construir a sua hegemonia cultural, política e econômica na colônia.

Os portugueses introduziram uma concepção de sociedade onde o outro, o diferente, o opositor devem ser alvo de todos os tipos de exploração em contra partida, são incontáveis os casos de assassinatos, torturas e perseguições contra adversários políticos, tudo se inicia quando escolhem os autóctones que não se subjugaram a coroa portuguesa como inimigo, logo após, os escolhidos foram os negros que não queriam ser subalternizados em terras estrangeiras, depois as classes populares que se rebelavam

contra todo tipo de opressão e depois todo tipo de oposição que viesse a se contrapor com quem estava no poder.

O governo, facção triunfante ameaçada, move-se na lógica do terror. Para a facção triunfante, como para todas as outras, divergir é ser suspeito, ser suspeito é ser culpado e ser culpado é ser sumariamente condenado a morte. A política é conspiração e golpe, e a polícia assume sua verdade, enfim sem máscaras. (CHAUI, 2013.pag. 242)

A violência sempre foi tida na sociedade brasileira como um dos meios para se educar, assim, ela entra na vida da maioria da população quando ainda estão no período de formação das suas personalidades, as crianças desde muito cedo são levadas a compreender que a repressão faz parte da vida e para não sofrê-la é necessário se manter submisso e ordeiro, respeitando sempre as ordens dos superiores para manter a paz e a harmonia. Por esse motivo ouvimos sempre que a violência é a forma de se fazer aprender sobre algo que não se deseja saber ou respeitar. É a imposição de um saber, de uma cultura, de um modo de compreender a vida que para se estabelecer necessita relegar ao descaso todos os outros saberes existentes.

AP (ação pedagógica) é objetivamente uma violência simbólica, num primeiro sentido, enquanto que as relações de força entre os grupos ou classes constitutivas de uma formação social estão na base do poder arbitrário que é a condição da instauração de uma relação de comunicação pedagógica, isto é, da imposição e da inculcação de um arbitrário cultural segundo um modo arbitrário de imposição e inculcação (educação). (COSTA APUD BOURDIEU E PASSERON, 1986. Pag. 17)

Essa compreensão deu à violência no Brasil um contorno em que muitas vezes ela ganhou novas significações, deixando de ser arbitrária, abusiva e se tornando, dentro do discurso que defende a ordem corrente, fundamental e inadiável que teve sua utilidade em um conflito onde a outra parte não queria entender que era derrotada no campo da política e da cultura.

Segundo Bourdieu e Passeron, concluímos que não existe cultura sem seleções arbitrária de significações e imposição destas significações, através da ação pedagógica. E como este *arbitrário cultural* é produto de um *necessário sociológico*, reprodutor das relações de força, o sopro fundador da cultura é a violência. Todo ato de reprodução cultural é simbolicamente violento. (COSTA, 1986. Pag. 18)

Esse argumento que elevou a violência como algo fundamental e por muitas vezes única via para resolução de conflitos tem levado a nossa sociedade sucessivos episódios de desrespeitos a vida, banalizando o que deveria ser tido como algo extraordinário, e não cotidiano: mata-se no Brasil por assuntos banais, que vão desde

valores irrisórios a motivações passionais, mas mata-se principalmente pelas questões culturais e políticas que envolvem grupos marginalizados historicamente.

Embora seja hoje cada vez mais contestada e problematizada, continua vigente alógica implacável, sumarizada no bordão “bandido bom é bandido morto”, pela qual se recusa a quem sai da linha do aceitável (ou imposto) a sua humanidade, o seu direito à vida e à liberdade básica de expressão.

São abundantes as estatísticas e “justificativas” para o feminicídio, morte de mulheres causadas pelos seus próprios companheiros, que não aceitam o fim do relacionamento ou a autonomia de suas companheiras; para os crimes cometidos pela homofobia, quando as pessoas são perseguidas e mortas por rejeição às formas de orientação sexual que não se encaixem nos padrões normatizados (ou explícitos); e para o extermínio da juventude negra nas periferias, quer sejam rapazes e moças que procuram se encaixar na sociedade de consumo, quer daquele(a)s empurrada(o)s para a criminalidade como espaço exclusivo de “inserção”.

Na obra as relações de gênero também representam essa marca da cultura da violência, pois na nossa compreensão, não é só em um local que o sujeito é violento, o seu modo de pensar e agir é levada para todos os espaços onde ele atua ou vive, a cena em que ele mata a esposa por uma suposta traição é a prova dessa evidencia, ele a trata como um prisioneiro, que nem direito a defesa tem.

[...] Ela sabia. Quando viu o meu braço atrás das costas tirou as vistas. Quis falar de novo. Eu podia dizer, mas tive medo de conversar. Se que fazer uma coisa, não converse. Se não quer, converse. Eu tinha de fazer. Não gostava de pensar que ia atravessar a rua com o povo me olhando: lá vai o dos galhos. Isso eu podia dizer a ela. Mas não disse nada e, na hora que enfiei o ferro, fechei os olhos. Nem gemeu. Caiu lá, com a mão na barriga.[...] (RIBEIRO, 2003. Pag. 39)

Essas justificativas ainda tendem a colocar nas vitimas a culpa pela violência sofrida, os deslegitimando da busca por justiça e respeito.

Desta forma, uma violência só se realiza quando repercute psicologicamente no campo do arbítrio, provocando mal-estar, que pode ser transformado em atitude reativa, em contenção angustiada e neurótica ou em resignação. Sua existência psicológica, ou seja, o choque do violento não se dá a partir do sofrimento, da imposição arbitrária do outro sobre meu ego, etc., mas sim somente a partir do momento em que se torna “consciência da violência”. (MARCONDES, 2001. Pag.22)

A violência no Brasil só se torna tal quando a sociedade assim a designa. Fomos construídos numa sociedade que naturaliza absurdos ao mesmo tempo em que se comove com fatos que entre os diversos casos que acontecem cotidianamente.

Esta banalização da violência é, talvez, um dos aliados mais fortes de sua perpetuação. Resignado à idéia, inculcada pela repetição do Jargão de que somos "instintivamente violentos", o homem curva-se ao destino e acaba por admitir a existência da violência, como admite a certeza da morte. (COSTA, 1986. Pag. 34)

A convivência e conveniência com um estado violento deu um caráter ambíguo à sociedade brasileira: enquanto se construía uma imagem cordial e ordeira para emular o marco inicial da nação, se apagavam todos os indícios de violência que os desfechos políticos carregavam. Esses traços violentos foram sendo relegados a espaços que tiveram os seus contornos isolados dos contextos políticos e ideológicos da época.

Isso não significa que os conflitos e contradições sejam ignorados, e sim que recebem uma significação precisa: são sinônimos de perigo, crise, desordem e a eles se oferece como única resposta a repressão policial e militar, para as camadas populares, e o desprezo condescendente para os opositores em geral. (CHAUI, 2013. Pag. 228)

### **O Patriarcado como ideologia dominante e violenta.**

O nosso trabalho tem como debate central buscar uma linha que relacione os processos políticos ocorridos no passado com os da nossa contemporaneidade tendo como via principal desse caminho a violência, construindo uma base que nos dê subsídios para interpretar a obra que escolhemos e o debate que queremos fazer.

Buscando uma continuidade entre os fatos e principalmente entre os discursos políticos que fortaleceram a “cultura da violência” na nossa sociedade, traremos contribuições de estudos que tratam do patrimonialismo e do patriarcado desde o período colonial, analisando como se construiu um discurso ideológico que tem como base principal a violência e permeia todos os lugares, como já observamos nesse trabalho. Nesse ponto é importante citar as contribuições da filósofa Marilena Chauí, do historiador José Honório Rodrigues, da socióloga Heleieth Saffiotti e do filósofo e crítico literário Terry Eagleton, que nos trouxe o debate sobre ideologia, para realizar esse trabalho. Pois esses, no nosso entendimento, nos proporcionam uma interessante produção intelectual que nos dão condições que tratar do debate histórico e sociológico que queremos travar.

Estruturada a partir das relações privadas, fundada no mando e obediência e nas relações de favor e tutela, disto decorre a recusa tácita (e as vezes explícita) de operar com direitos civis e a dificuldade para lutar por direitos substantivos e, portanto, contra formas de opressão social e econômica: para

os grandes a lei é privilegio; para as camadas populares, repressão. (CHAUI. 2013, Pag. 227)

O colonizador português construiu uma política que aliou ao mesmo tempo a rejeição a sua figura como estado a uma aceitação a sua imagem como patriarca, como fundador da nação, essa visão “paternalista” ou “parental” que foi construída sobre os colonizadores e que depois foi passada para o estado ou para o governante formou uma sociedade onde as relações pessoais tivessem mais forças que as relações políticas, pois o político não cumpria a função de governar para todos ou manter a sociedade equilibrada, só se mantendo no poder pelos acordos pessoais e favorecimentos de terceiros.

A formação do Estado Nacional e, principalmente, do modelo de governante submetida a esse viés parental criou uma sociedade onde a referencia masculina fosse central balizasse todas as outras relações. A formação desse se deu com o referencial masculino e patriarcal e foi fundamental para garantir a obediência de um setor da sociedade mediante o uso da força do estado, como afirmamos antes, não é a política que media a maioria das relações entre o povo e o estado, é o medo criado pela forte coerção feita por uma figura que é sempre colocada um patamar acima de qualquer outra.

Como derivação da organização doméstica, enfatiza o autor, o patrimonialismo se aproxima do patriarcado, se destacando também, por outro lado, da burocracia impessoal, produto da transformação do feudalismo em capitalismo, uma vez que o funcionário burocrático-patrimonial considera o cargo como direito pessoal e não como posição associada a normas objetivas e impessoais. De fato, o poder patriarcal é caracterizado por Max Weber (1947, p. 346) como sendo um sistema de normas baseado na tradição. Assim, as decisões são tomadas sempre de um mesmo modo. Outro elemento básico da autoridade patriarcal é a obediência ao senhor, além da que é devotada à tradição. (AGUIAR, 2000. Pag. 313)

A sociedade brasileira se formou em volta da construção de uma figura que representava desde a figura do colonizador até o senhor de engenho o poder absoluto, a essa figura foi dada a autorização para que ela escolhesse quem teria ou não direitos sociais. *No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio.* (SAFIOTTI, 2007. Pag. 115)

Na nossa compreensão, foi a partir das praticas políticas exercidas por figuras que ocupam lugares centrais na sociedade que se consolidou a cultura da violência, pois

eles precisavam impor na base da força o seu mando, já que o estado e as suas leis não garantiam a submissão da maioria da população. E para ter esse poder foi fundamental forjar uma ideologia no seio da sociedade brasileira que legitimasse toda essa prática política das classes dominantes que historicamente dirigem as nossas vidas.

Um poder dominante pode legitimar-se promovendo crenças e valores compatíveis com ele; naturalizando e universalizando tais crenças de modo a torná-las óbvias e aparentemente inevitáveis; denegando idéias que possam desafiá-lo, excluindo formas rivais de pensamento, mediante talvez alguma lógica não declarada mas sistemática; e obscurecendo a realidade social de modo a favorecê-lo. Tal “mistificação” como é comumente conhecida, da qual se origina o conceito de ideologia como uma resolução imaginária de contradições reais. (EAGLETOWN, 1997. Pag. 19)

Um grupo dominante para se manter no poder precisa, todo momento, disputar dentro da sociedade civil com outras propostas os seus princípios, os colocando sempre como mais racionais ou mais realizáveis que outros, nesse sentido é importante alertar que no Brasil, por mais que mudanças políticas ocorram, o nosso modelo hegemônico continua sendo, com mínimas mudanças, o mesmo que foi criado pelos portugueses quando colonizaram. Um modo de agir que sempre privilegiou as relações pessoais e tratou o estado e as suas funções como coisa privada.

Estruturada pela matriz senhorial da colônia, disto decorre a maneira exemplar em que faz operar o princípio liberal da igualdade formal dos indivíduos perante a lei, pois no liberalismo vigora a idéia de alguns são mais iguais que os outros. As divisões sociais são naturalizadas em desigualdades postas como inferioridade natural (no caso de mulheres, dos trabalhadores, dos negros, índios, imigrantes, migrantes e idosos) e as diferenças, também naturalizadas, tendem a aparecer ora como desvios da norma (no caso das diferenças étnicas e de gênero), ora como perversão ou monstruosidade (no caso dos homossexuais, por exemplo).(CHAUÍ, 2013. Pag. 227)

O patriarcado foi construído dentro da sociedade brasileira não se limita a sobrevalorizar identidades masculinas, heterossexuais ou brancas, pra se legitimar ele necessita negar o que o diferente, e nesse caso não é só negar, é tornar o outro a causa de todas as deformações da nossa sociedade e para que ele tenha êxito é fundamental que esse poder seja machista, homofóbico e racista.

Nesse sentido não é de estranhar que o estado brasileiro seja sempre tido pela força política que o ocupa como uma continuação dos seus bens privados e mais um propagador dos seus valores, nesse caso não podemos deixar de expressar o quanto foi vitoriosa a opção da classe dominante brasileira por fazer do patriarcado um alicerce para a sua política, como afirmamos aqui, o estado brasileiro foi construído sobre a

figura de um homem, branco, heterossexual, católico e extremamente conservador. A representação da instituição é a família, o pai é o mantenedor da ordem e do progresso.

Numa palavra, a preservação do que poderia ser publico e contraditório se faz negativamente por redução ao privado (a “família brasileira”) e à indivisão (a “pacificação nacional”). Como se observa, o autoritarismo político se organiza no interior da sociedade e através da ideologia, não é exceção, nem é mero regime governamental, mas a regra e a expressão das relações sociais. (CHAUI, 2013. Pag. 267)

Nessa inversão de locais entre o publico e o privado, a violência foi se tornando um caminho para impor aos excluídos o lugar que eles foram e são obrigados a ocupar na sociedade, mas essa imposição sempre foi mascarada pelo combate aos distúrbios, os colocando como um entrave a pacificação da nossa sociedade, o que impedia a paz não era a desigualdade social construída e mantida pelas classes dominantes, mas o povo que se rebelava contra ela.

Para o nosso trabalho é importante compreender esse fato sobre o discurso de “pacificação” como um fator que legitima o uso da violência, pois é a partir dessa caracterização que vamos refletir sobre quais foram os meios que as classes dominantes no Brasil usaram pra que esse discurso fosse capitalizado pela maioria da sociedade.

Por esse motivo endossamos a afirmação de que foi construída uma base ideológica para legitimar a política que foi escolhida pelos grupos dominantes, por que não basta só ter a sua posição como majoritária, é necessário convencer os outros grupos que a sua proposta tem capacidade para resolver os problemas, depois disso se cria o consenso em torno da plataforma política daquele grupo.

A ideologia conservaria a ênfase na promoção e legitimação de interesses setoriais, restringindo-a, porém, às atividades de um poder social dominante. Isso talvez envolva a suposição de que tais ideologias dominantes contribuam para *unificar* uma formação social que sejam convenientes para seus governantes; não se trata apenas da imposição de idéias pelos que estão acima, mas de garantir a cumplicidade das classes e grupos subordinados, e assim por diante. (EAGLETOWN, 1997. Pag. 39)

Na nossa compreensão, as classes dominantes construíram soluções para as crises políticas e sociais que tivemos que sempre tentaram dialogar de alguma forma com os anseios do nosso povo, por mais que as respostas apresentadas fossem sempre aquém do que realmente era necessário, são ainda as saídas que as classes dominantes e por conseqüências as políticas oferecem para o nosso povo.



Podemos aqui citar inúmeros casos que exemplifiquem como foi utilizado esse discurso, mas vamos nos ater ao nosso quadro atual da política brasileira onde propostas de ajustes fiscais que retiram direitos dos trabalhadores, pioram o quadro dos serviços públicos essenciais levando a piora significativa da qualidade de vida do nosso povo, a justificativa dada é que é necessário um “remédio amargo” (retirada de direitos) para salvar o “paciente” (Brasil) que vive em estado terminal.

É importante a gente compreender que nem a crise e nem as saídas apresentadas são fictícias ou irreais, elas existem, por esse motivo não concordamos com teorias que afirmam que há uma falsificação da realidade ou uma manipulação da maioria da sociedade pelos governos ou a mídia, a maioria das pessoas compreendem de formas diferentes o que estão vivendo, ninguém precisa dizer que o desemprego está alto, que a insegurança é alarmante e os serviços públicos estão piorando a cada dia que passa.

Na verdade, a maior parte das pessoas tem um olhar bastante agudo quando se trata de seus próprios interesses e direitos, e a maioria sente-se desconfortável com a idéia de pertencer a uma forma de vida gravemente injusta. Precisam então acreditar que essas injustiças estão a caminho de serem corrigidas, ou que são contrabalançadas por benefícios maiores, ou que são inevitáveis, ou que não são realmente injustiças. Faz parte de uma ideologia dominante inculcar tais crenças. E pode fazê-lo seja mediante a falsificação da realidade social, eliminando e excluindo certos aspectos dela que são indesejáveis, seja sugerindo que esses aspectos não podem ser evitados. (EAGLETOWN, 1997. Pag. 37, 38)

Mas as soluções podem ser criadas e tornadas às melhores saídas mesmo que no fundo não mudem nada ou até piorem a situação política, econômica e social do país, para essa movimentação basta ter um apoio forte da mídia em prol dessa proposta e o esvaziamento político de outros caminhos que poderiam ser tomados sem sacrificar tanto os direitos sociais adquiridos.

É nesse sentido que caminhamos para compreender o quanto os grupos dominantes foram hábeis em tornar a sua ideologia e o seu modus operandi como um princípio básico na sociedade brasileira mesmo quando os seus quadros não estão ocupando locais centrais nas organizações e governos.

Como afirmamos aqui foi através da figura do patriarca que a estrutura estatal foi montada, construindo paralelo com a obra que estudamos podemos concluir que quem carrega essa chancela na narrativa é o comandante do “Sargento”, a relação entre os dois pode ser usada como um exemplo das relações patriarcais na sociedade brasileira, pois rompem com a barreira formal que está inserida nos cargos que ocupam.

Todavia, o sistema patriarcal pode constranger o senhor a tratar seus súditos de forma protetora, o que o distingue das relações que ocorrem com a exploração racional da força de trabalho sob o sistema capitalista. (...) As relações de poder na dominação patriarcal fundamentam-se na autoridade pessoal. (AGUIAR, 2000 Pag. 314)

O patriarcado dentro da obra opera como o fator capaz de delimitar a ação do sargento, o colocando dentro da ordem mesmo que a estivesse descumprindo, pois ao nosso entender, o que acaba guiando a ação do personagem é a relação que este traça com o seu superior, ele pode até ter rompido com o estado, mas não rompe com a personificação que foi construída para representá-lo, para as classes dominantes pouco importa a quem o Sargento obedeça, o importante é que ele cumpra o seu papel até quando for conveniente.

O chefe me mandou buscar isso ai e eu fui, peguei, truxe, amansei e vou levar porque mesmo que o chefe agora não possa me sustentar, eu levei o homem ,chego lá entrego. É preciso entregar o bicho. Entrego e digo: ordem cumprida.(...) Se for assim mesmo como se diz que é, espero as outras ordens, porque está dada e nem que ele viesse aqui e me pedisse para não levar eu não deixava de não levar, porque possa ser que ele esteja querendo somente me livrar de encrenca, eu levo esse lixo de qualquer jeito, chego lá e entrego. (RIBEIRO, 2003. Pag. 84)

Nesse sentido, é importante compreender o que vínhamos debatendo nesse trabalho, que o direito a vida na sociedade brasileira depende do papel que se ocupa na sociedade, e que mulheres, negros e Lgbt's têm o seu direito negado todo momento, o que vimos a analisar a obra é que o Sargento tem o seu direito a vida negado e o seu papel igualado aos que sofrem cotidianamente na nossa sociedade.

Essa movimentação foi tornando a violência um produto da cultura brasileira derivado, principalmente, dos estigmas atribuídos às classes populares guiadas pela inveja e pela ambição, pelos sentimentos de vingança, como seria de se esperar, segundo tais intérpretes, de gente com mente fraca e sem perspectiva de vida. Esses discursos propõem, enfim, que as elites nada têm a ver com o caos que vivemos.

A sociedade brasileira aprendeu a tornar cultural aquilo que as suas classes dominantes nunca tiveram interesse de mudar, assim é com a violência, com a corrupção e com todas as mazelas que afligem a maioria do nosso povo, a justificativa para a existência desses fenômenos é que eles são imutáveis, pois fazem parte da gênese do povo brasileiro, ao mesmo tempo em que se nega esse passado violento e injusto o invoca para dá uma resposta aquilo que surge como defeito.

O que torna cada uma dessas formas em cultura é o fato de realizarem a dupla definição de Rousseau de serem algo consciente ou inconscientemente cultivado dentro de uma certa comunidade (real ou difusa); e as pessoas serem “educadas” segundo esse procedimento. (MARCONDES, 2001. Pag. 20,21)

A classe política usou de todos os seus artifícios para convencer a sociedade que as ações violentas eram parte da cultura e o seu enfrentamento nada era mais que uma resposta a um problema evidente e difícil de resolver a exigir uma ação enfática do estado e dos seus aliados, refletindo assim, não fica difícil entender porque os atores do estado que protagonizavam a violência foram aos poucos sendo afastados da macula que circunda a vida política brasileira.

Nesse sentido, é fundamental pensarmos o quanto foi oportuno construir a imagem de uma força armada que servisse ao estado e existisse para solucionar conflitos sociais sem transparecer nenhuma relação aparente com um dos lados envolvidos, revelando o caráter que o estado brasileiro sempre quis ter, uma estrutura fora das disputas políticas e inter classes que habitavam o seio da sociedade brasileira.

È a violência estrutural da ideologia que faz com que os participantes formem "convicções subjetivamente não-coercitivas, mas ilusórias" e que, por isso mesmo, possam ser levados a gerar um " poder que pode ser usado contra esses mesmos participantes, no momento em que se institucionaliza" (FREIRE. 1986 Pag. 53)

As classes dominantes construíram ao longo do tempo uma organização que se considera acima das leis e das normas que regem a maioria da sociedade, essa organização operou por dentro e por fora do estado, na sociedade organizada e nas suas margens atuando como órgão que foi legitimado pela grande parcela da sociedade brasileira como defensor do seu território e da sua cultura e até proteger o Brasil dos próprios brasileiros.

Podemos compreender que os aparelhos repressores do estado foram construindo uma legitimidade dentro da sociedade a partir do momento que foram retirados das disputas políticas e ideológicas, aliás, o estado brasileiro sempre tentou ter um caráter que os colocasse acima das disputas para no fim privilegiar aqueles que sempre tiveram relações com o poder mesmo não ocupando cargos estatais, ou seja, o estado brasileiro sempre teve um lado, e este era ao lado dos que controlavam a economia brasileira e por fim o cenário político

Podemos aqui enumerar ou relembrar uma serie de fatos que contribui com a nossa afirmação, mas vamos nos ater a um dos princípios que regiam as ações violentas

do estado, o principio da pacificação do território nacional, o nome pode não ser esse, mas a idéia central é que era necessário usar a força excessiva contra uma parte da população que não aceitava viver sobre o domínio dos que lideravam o estado e a economia e que ao se colocar em estado de rebelião colocava em risco a segurança do estado nacional.

Podemos verificar essa afirmação na década de 40 ou na década de 70, nesses diferentes momentos históricos uma parte da população foi dada como perigosa por discordar ou lutar por outro modelo de sociedade, como podemos verificar nessas citações abaixo, a primeira nos fala da década de 40 e da política de segurança publica da era Vargas.

Tudo, segundo os o preâmbulo da Constituição, para atender 'às legítimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem, resultantes da crescente a gravação dos dissídios partidários, que, uma, notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes, e da extremação, de conflitos ideológicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil (...) atendendo ao estado de apreensão criado no País pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remédios, de caráter radical e permanente'. (CANCELLI, 2014. Pag. 26)

Na década de 70, onde a obra foi escrita e publicada, podemos conceber a mesma postura das classes dominantes, criminalização os setores descontentes foi o caminho traçado para legitimar o uso excessivo da violência e dizimar a oposição.

Essa doutrina transformou-se em lei no ano de 1968, com a publicação do decreto-lei no. 314/68, que tinha como objetivos principais identificar e eliminar os 'inimigos internos', ou seja, todos aqueles que questionavam e criticavam o regime estabelecido. E é bom que se diga que 'inimigo interno' era, antes de tudo, comunista. Como diz Nelson Werneck Sodré: "o anticomunismo, foi assim e, sempre, o caminho para a ditadura" (1984, p. 91). (PRIORI, A., et al. Pag. 200)

O grande risco que tentamos apontar nesse trabalho não é só o papel do estado no crescimento da violência em nossa sociedade, este cumpriu e cumpre papel fundamental, mas o seu trabalho não seria eficaz se não tivesse ao seu lado setores importantes da sociedade civil que em momentos históricos distintos apoiaram, defenderam e legitimaram todo tipo de atrocidade cometida contra o próprio povo brasileiro. Os resultados dessas posturas já falamos aqui, uma sociedade baseada na violência como a principal forma para se resolver os conflitos existentes, a nossa preocupação é que a violência deixou de ser um artifício do estado e passou a ser um traço comum da sociedade brasileira.

*A violência é subordinada ao poder. porque este não depende Para existir, da relação ordem-obediência, mas da relação apoio à ordem e consentimento à*

*obediência*. Como a violência, ao contrário do poder, baseia-se na primeira e não na segunda relação, ele é que depende do poder, para poder ser eficaz. (FREIRE. 1986, Pag. 50)

Para se forjar essa concepção de sociedade foi necessário construir um tipo que tivesse liberdade para agir de tal forma sem que isso lhe sobrecarregasse perseguição ou perda de direitos, se criou um ideal de cidadão que fosse o defensor da nação, uma espécie de pai protetor que tivesse o direito de ser rígido com o filho que não lhe agradasse a conduta, pra exemplificar essa afirmação não precisamos ir muito longe, os discursos de defesa da nação que vimos hoje serem repetidos pelos que se dizem nacionalistas, vêm sendo repetidos e entoados ao longo da história, mudando apenas o contexto mas não o seu conteúdo central, a defesa de uma sociedade patriarcal, fundamentada na exploração e na concentração de riquezas.

É uma sociedade que conheceu a cidadania através de uma figura inédita: o senhor cidadão, e que conserva a cidadania como privilégio de classe, fazendo-a não ser uma concessão regulada e periódica da classe dominante às demais classes sociais, podendo ser-lhes retirada quando os dominantes assim o decidem ( como durante as ditaduras).(CHAUÍ, 2013. Pag. 262)

Para o nosso trabalho compreender essa figura que foi construída é fundamental para o debate que queremos fazer, elas foram tomando formas em diferentes contextos, desde os bandeirantes, passando pelos senhores escravocratas, militares de todos os tipos e patentes até os grandes empresários e pais exemplares nos dias de hoje, ela sobreviveu tendo como característica principal o poder a partir do local que historicamente foi construído para legitimar todos os abusos.

Essa figura disputou dentro da sociedade brasileira a naturalização da violência, operando a partir de micro espaços de poder como a sua casa ou pequena propriedade e irradiando para as relações sociais dos mais diversos tipos, impondo os seus valores e as suas crenças, chegando a matar quando era o caso para garantir a sua preservação. Eles produziram o consenso sobre a violência, inclusive construindo uma concepção do que é violência ou não, levando a sociedade a aceitar com normalidades crimes contra os setores mais perseguidos.

O que queremos afirmar é que sem essas figuras, que agem dentro dos espaços de poder e que se enraizaram dentro da sociedade, a “naturalização” da violência não seria atingível, pois ele usou de sua legitimidade política para atuar violentamente nos diversos setores da sociedade e colocaram a violência como um traço cultural, pois as outras formas de violências que vemos hoje parte centralmente de uma idéia de defesa

de valores e que se materializam através do machismo, da homofobia, da intolerância religiosa e divergências políticas.

Os resultados dessas ações irradiadas no interior da sociedade deram um caráter cultural a violência a tornando comum nos espaços onde a convivência com outros sujeitos e outras formas de se compreender a vida, ou seja, todos que fugiam ao padrões do que se compreende como “normal” ou “natural” se tornavam alvo de todos os tipos de violência onde na maioria das vezes esses eram ainda tidos como principais motivadores desses atos.

A violência foi fundamental na formação da sociedade brasileira, mas o fator preponderante é a legitimação dessa como uma das partes que constituem as atribuições do estado brasileiro, se construiu a idéia que as forças armadas poderiam em usar em momentos de confrontos a violência contra os seus, o que resultou em um estado que usa da força para impor as suas vontades, sujeitando todos que resistem a essa mudanças como risco a “paz” e a segurança nacional.

Em nome de uma suposta paz social construímos uma sociedade onde o inaceitável é visto como normal, natural e uma das formas de controle do caos social que vivemos, logo os extermínios em massa, as execuções dos mais diversos tipos, as repressões, torturas e tudo mais que faz parte do legado de ações do estado sempre foram vistos por uma parte da sociedade brasileira como sendo fundamental para o bom funcionamento da nação.

O que compreendemos é que a sociedade brasileira gestou uma força armada que tem um poder inquestionável, pois as suas praticas violentas irradiaram por todos os setores, tornando a violência como um dos caminhos que fazem com que a sociedade e o estado tenham relações e consigam se enxergar como partes de um coletivo. Como vemos esses fenômenos? Não foram poucas as vezes que a sociedade pediu que o estado brasileiro usasse da violência para que as divergências e os conflitos fossem solucionados. Greves que paralisam setores importantes da economia, grandes mobilizações que travam os grandes centros, movimentos sociais que lutam pela moradia e pelo direito a terra, são taxados de criminosos e a ação militar violenta é evocada para reprimir o movimento e trazer a “paz e o direito de ir e vir” a nossa população.

Podemos assim, conceber, que as classes políticas construíram uma sociedade que não só legitima a violência, ela a consome para saciar as suas vontades de justiça

contra aqueles que o fizeram pensarem serem os seus maiores inimigos e a solicita e usa sempre que os seus objetivos são de alguma forma interrompida ou contestada.

Por esse motivo refutamos as teses que afirmam que a violência faz parte de um só setor da sociedade e que intervenções nesse setor resolveriam a maioria dos problemas que enfrentamos, em um país que mata cerca de 60.000 mil pessoas por ano segundo dados dos mapas de violência, onde só cerca de 5 % dos assassinatos são investigados e resolvidos é evidente que mudanças mais profundas, inclusive no seio da sociedade onde mora toda a legitimação, sejam realizadas para combater o estado violento.

### **João Ubaldo**

O autor que escolhemos para este trabalho tem um legado de importantes contribuições para a literatura brasileira, escreveu importantes obras que se immortalizaram dentro do cenário artístico brasileiro como “Viva o Povo Brasileiro”, “Sargento Getulio” entre outras que traziam marcas de uma brasilidade que existe em cada região e por mais diferentes que sejam se relacionavam e se complementavam dentro da obra de João Ubaldo.

O olhar diferenciado de João Ubaldo ressaltou as riquezas culturais brasileiras da diversidade lingüística até a culinária, nos apresentando sempre algo novo com traços do tradicionalismo presente na sociedade e dando espaços as representações de um povo que, na maioria das vezes, esteve de fora das grandes narrativas oficiais sobre a história do Brasil. Para esses personagens que foram e são apagados da nossa história João Ubaldo sempre guardou um lugar importante, na sua obra mais conhecida ele torna protagonistas índios, mulheres negras.

As representações do povo brasileiro na obra de João são importantes, pois compreendemos que dentro daqueles representados há singularidades que podemos tomar como exemplificações de uma parcela significativa da sociedade, elas são pequenos retratos da diversidade social e política que circunda a nossa sociedade.

Podemos tomar as personagens de João Ubaldo como partes que foram se formando dentro da obra e que podem nos levar para além dos espaços nela demarcados, por exemplo: não tem como ler “Maria da fé” em “Viva o Povo...” e não

relacionar esta personagem as mulheres que chefiaram quilombos e fizeram parte da luta pela liberdade durante toda história do Brasil. As obras de João Ubaldo trazem um importante material para estudos sociológicos do Brasil a partir das personagens que ele construiu, pois compreendemos que estas surgem trazendo vestígios das disputas políticas que marcaram a nossa sociedade.

Com essas observações, propomos que os livros de João Ubaldo sejam lidos como veículos de acesso a outra história, para grande parte da população brasileira que só teve acesso a esses tipos de conhecimento através da escola. Por mais que essa realidade tenha mudado hoje com a generalização das novas tecnologias. É importante considerar como a literatura brasileira pode complementar ou contrapor à história oficial no Brasil, ao incluir temas e perspectivas que as versões oficiais ignoram ou censuram.

As obras de João Ubaldo se referenciam dentro dos fatos que fazem parte da historiografia brasileira, as suas narrativas na maioria dos casos partem dessas cenas marcantes que desencadeiam uma série de acontecimentos, convergentes e divergentes, dentro da obra.

João Ubaldo infelizmente nos deixou no mês de Julho de 2014, não tivemos a oportunidade de conversarmos sobre o nosso trabalho com o autor, conforme gostaríamos, e fazer-lhe alguns questionamentos sobre a obra e os seus desdobramentos. Ficaremos com um trecho de uma entrevista, na qual ele comenta acerca da inspiração para o romance que analisaremos:

No caso de *Sargento Getúlio* (...) vocês sabem, a história se passa em Sergipe, onde eu vivi, e tem a ver com um episódio acontecido com meu pai. Minha mãe às vezes se aborrecia com as perguntas: “pra que é que você que saber isso agora meu Deus?” Mas são coisas que tomam um tempo imenso do escritor. Como é aquela palavrinha? E alguém pode esclarecer na hora. (CLB,1999).

## **A Obra**

O romance se passa em uma época tumultuada da história política brasileira, na década de 40, período denominado “Estado Novo”, as mudanças eram constantes e se tornam um traço importante da construção do romance, pois mesmo com todas as mudanças no quadro político, a violência continuaria a ser uma via prioritária para resolução dos conflitos que surgem no decorrer da obra.



O texto é narrado em primeira pessoa, o que causam efeitos singulares e dificuldades na compreensão e conceituação do discurso do personagem principal, pois o mesmo é fragmentado, entre cortado pelo regionalismo, tornando o pensamento e a fala do personagem assistemática, sem uma linha de pensamento que seguisse um padrão.

[...]Quando estou pensando, estou falando, quando estou falando, estou pensando, não sei direito. Vosmecê não precisa responder, apesar de que isso é falta de educação [...]" (RIBEIRO, 2003 p.26)

A trama se desenrola a partir de uma ordem de busca e transporte de um prisioneiro político do interior de Sergipe para a sua capital, Aracaju. A ordem foi dada ao Sargento pelo seu superior que movido pela conjuntura política da época suspende a sua ordem e manda o sargento retornar sem o prisioneiro a capital sergipana.

[...]É que a situação mudou, diz o padre, não sei se vosmecê vai poder levar o homem para Aracaju, porque lá está uma novidade de gente e uma porção de jornais e dizem que quando vosmecê chegar vão lhe encher o couro e soltar o homem. Não acredito que Antunes possa lhe sustentar[...] (RIBEIRO, 2003. Pag 83)

Naquele contexto de instabilidade política trazida no livro qualquer posição mais radicalizada poderia se tornar um problema, mas a nossa personagem, a pesar de compreender ao seu modo a instável política brasileira, sempre carregou a certeza de que o seu fazer não tinha nenhuma relação com as crises políticas da época.

“[...]Foi o fim dos udenistas Comunistas. Ô gente mofina só é comunista, embora estime a perturbação. Na hora que arrocha, se vão-se todos para cachaprego. Levei diversos. Luiz Carlos Preste. Luiz Carlos Preste. Faziam mítingue na Praça Pinheiro Machado gritando isso e uma vez perturbaram toda a rua da Frente, não deixaram ninguém passar. Não teve queguê nem gagá. Seu Getulio, me compreenda uma coisa, me desça o pau nessa corja. Eles lá muito monarcas no distúrbio e nós destaboquemos pela praça Fausto Cardoso e casquemos a lenha. Cambada de cachorro, não acha vosmecê? Não teve essa cabeça boa, na hora do derrame de cavalaria, que ficasse livre da bordoadada[...]” (RIBEIRO, 2003, p.19)

A personagem é construída em um contexto onde a violência é o único meio para resolver as contradições políticas, para ele não era possível que as crises se resolvessem pelos acordos que envolviam cada vez menos sangue e mortes.

Segundo Antônio Gramsci, 2001. “As Forças Armadas cumprem o papel de intelectuais tradicionais na América Latina”, pois estas ainda resguardariam traços ideológicos defendidos pela Metrópole, ou seja, essa fração armada da sociedade brasileira agiria como um guardião e ao mesmo propagador de um tipo de pratica que

tem a violência como resolução de processos onde tivessem envolvidos determinados setores da sociedade e de grupos que viessem a colocar em risco o status quo em que reside a sociedade.

Como hipótese de trabalho, supõe-se que, no Brasil, a violência fundadora assente-se – do ponto de vista histórico – sobre uma cultura tradicionalmente herdada, com raízes na sociedade escravocrata, no tipo de colonizador que aqui se instalou e na transposição de práticas persecutórias e perversas da metrópole, realizando-se, no século XX, por meio de traços marcadamente típicos de nação de periferia do capitalismo. (MARCONDES, 2001. Pag. 21)

Getúlio se comporta dentro da narrativa como o guardião de uma prática que dentro daquele contexto político não cabia, não por ser inaceitável e desumano, mas porque a situação política havia mudado e as formas como se tratavam os sujeitos deveriam seguir a mesma linha, o que o personagem não entendeu foi o impacto das mudanças no cenário político que influenciaram as ordens que foram dadas pelo seu superior.

A política de conciliação, de transação, teve como principal objetivo aplinar mais as divergências dos grupos dominantes que conceder benefícios ao povo. O domínio oligárquico de pequenas minorias e seus protegidos, o nepotismo, o filiotismo, ‘o genrismo’, o compadrio tornavam impossíveis as transformações sociais, a ausência, a omissão ou o desinteresse dos políticos pela solução dos problemas, sua impermeabilidade às idéias, a mecanização da imitação européia e depois americana, a falsidade e infidelidade da representação. (RODRIGUES, 1982. Pag. 110)

Ele não entendeu que as mudanças políticas não seguiam e nem respeitavam o seu modelo, a pouca falta de princípios nas alianças, os crimes que são perdoados a partir de acordos políticos, todos esses fatores não cabiam no mundo do personagem, pois ele aprendeu a fazer política desconsiderando a possibilidade de se fazer esses tipos de acordo.

Mas esse pensamento não é exclusivo do personagem principal, João Ubaldo retrata com felicidade a posição política e ideológica que ocupa as forças armadas no Brasil, vista como algo fora das disputas que permeiam a sociedade, tomada por parte da população como um ente capaz de resolver os impasses políticos e garantir a paz entre os brasileiros que se entrincheiram nas suas posições.

“*Eu sou político, não mato a toa*” (Ribeiro, 2003.p. 25) todo momento ele reivindica um modus operandi que coloca a ação política como prática de violência, como podemos ver neste trecho:

Política é negocio de homem (...) Me dá uma raiva por dentro, acho que careço ter raiva. Demais, não incomoda mais um ou mais outro, mais um ou mais outro eu vejo aí toda hora. A coisa mais certa que tem é a morte, é o

mais certo que tem. Desque nasce começa a morrer. Tarcio Dizia: eu só faço buracos, quem mata é Deus. (RIBEIRO. 2003. P. 37)

A obra, como disse antes, é narrada em primeira pessoa, sendo o narrador a personagem principal, todas as informações que nos chegam passam pelo olhar da personagem, esse modo de construção pode nos suscitar a sensação de que a questão da violência está reduzida ao enfoque personagem, uma leitura rápida veria nele o vilão da história.

O livro foi lançado em meio aos anos de chumbo da ditadura militar, período que durou de 68 a 73 e representou o aumento da repressão aos opositores com assassinatos, desaparecimentos e tortura de todos os modos imagináveis.

João Ubaldo constrói um personagem com as características do regime de 64, o recria em outra época e discute por meio dessas duas, mesmo sem deixar evidente essa relação, a cultura política que usa a violência como um dos seus principais traços, podemos aqui listar uma série de relatos da ditadura militar que se assemelha aos trechos onde o uso da violência é visto na obra, como este:

Temos aqui atrocidades, dentes arrancados, violências, e os tempos estão mudando e vosmecê cortou a cabeça de um tenente e não sei como é que isso vai ser, inda se fosse um cabo, qualquer coisa assim, mas como é que se vai cortar a cabeça de um superior mesmo no aceso, acho que é maluquice. (RIBEIRO, 2003. P. 82)

A obra de João Ubaldo é retratada no interior de Sergipe, na década de 40, o clima quente e seco da região dá um caráter violento à natureza, é o sol que castiga, é a falta de água e de sombra, as maiorias dos elementos abordados na obra giram em torno da violência.

Quando na obra aparece o clima hostil predominante na região nordestina não podemos deixar de discutir que esse clima é mais danoso por causa das ações dos homens que interferem na do que pela própria natureza, uma característica fundamental da obra de João Ubaldo é a ação humana modificando o enredo da obra todo momento, o elemento da vontade humana é o que define a obra.

Na luta contra a seca e as condições climáticas, as lastimosas semi-existências que vegetam na extrema necessidade ou recorrem ao crime individual e familiar com que liquidam desavenças – e isto não é particular da zona sertaneja, mas de todo o interior, onde falta outra forma de controle social –, ou buscam a relação coletiva, que apesar de sua aparência mística tem especialmente motivações econômicas, como mostrou, com argúcia, Rui Facó. (RODRIGUES, 1982. Pag. 84)

A violência aparece a todo o momento na obra, seja nas relações pessoais, na classificação dos povos de outras regiões, ela é quase uma personagem, um exemplo dessa afirmação é o modo como o personagem se relaciona com as mulheres, em um primeiro momento ele mata a esposa, a saber, de uma traição, em outro momento da obra ele tem uma relação com uma mulher no meio do mato.

Nesse momento podemos fazer a ponte com o que discutimos sobre o patriarcado dentro da sociedade brasileira, acentuado como uma característica do personagem que marca como essa violência que se fortalece nos planos das instituições e se reverbera em outros espaços da sociedade, como afirmamos aqui, a “cultura da violência” é uma rede que se alarga em outros setores que se relacionam pela falta de humanidade.

A desigualdade de poder que perpassa as relações entre as vítimas e os agressores não se manifesta apenas nas esferas da vida doméstica, tampouco nas posições ocupadas por homens e mulheres no núcleo familiar. (DEBERT, GREGORI, 2007. P. 176)

As relações de poder fazem parte de todos os setores da nossa sociedade e incidem com menos ou mais força a depender da conjuntura ou do momento histórico, mas não podemos deixar de entender que a nossa sociedade é regida por esse modelo, que reparte o poder para não perder a sua operacionalidade.

Adivinhamos então que o poder está presente nos mais finos mecanismos do intercâmbio social: não somente no Estado, nas classes, nos grupos, mas ainda nas modas, nas opiniões correntes, nos espetáculos, nos jogos, nos esportes, nas informações, nas relações familiares e privadas, e até mesmo nos impulsos liberadores que tentam contestá-lo: chamo discurso de poder todo discurso que engendra o erro e, por conseguinte, a culpabilidade daquele que o recebe. (BARTHES 2007. Pag. 11)

Nesse sentido acreditamos ser importante trazer essa discussão sobre como o patriarcado e principalmente a violência contra as mulheres é retratada na obra, como um ser que estivesse sempre abaixo nas categorias de poder e por tanto sujeito a qualquer tipo de violência, Ubaldo traz episódios onde a demarcação do feminino na obra é marcada pelo silenciamento. Como podemos ver aqui nesse trecho:

[...] Ela sabia. Quando viu o meu braço atrás das costas tirou as vistas. Quis falar de novo. Eu podia dizer, mas tive medo de conversar. Se que fazer uma coisa, não converse. Se não quer, converse. Eu tinha de fazer. Não gostava de pensar que ia atravessar a rua com o povo me olhando: lá vai o dos galhos. Isso eu podia dizer a ela. Mas não disse nada e, na hora que enfiei o ferro, fechei os olhos. Nem gemeu. Caiu lá, com a mão na barriga.[...] (RIBEIRO, 2003. Pag. 39)

Quando o “Sargento” não deixa sua ex-esposa, morta por ele falar, ele nos mostra como essa violência se reverbera para esses outros espaços, esse “medo de conversar” além dessa relação de gênero, demarca a falta de capacidade em dialogar, em discutir civilizadamente os temas que nos circulam, a sociedade brasileira vem sendo tragada por esse sentimento de não discussão com quem não comunga dos nossos princípios, essa postura só torna evidente o quanto a violência é ainda hoje uma saída para as crises políticas que vivemos.

Mais do que corrigir os excessos, os abusos cometidos pelos chefes de família (...) erradicar esse tipo de violência supõe colocar em xeque a desigualdade de poder no seio familiar e tornar inadmissível qualquer atitude que fira os direitos fundamentais dos envolvidos. (DEBERT, GREGORI, 2007. Pag. 170)

O patriarcado se institui como modelo de poder onde a voz do chefe de família/estado tem o poder de definir o que é lícito e o que é justo, a questão é que essa decisão não modifica ou melhora o quadro da violência, no caso específico, ela surge pra reafirmar as condições políticas e sociais que estão inseridas naquele tipo de relação.

A discussão sobre o patriarcado dentro da obra percorre as relações sociais, “ser homem” não só uma questão de gênero é um direito conquistado mediante acordos políticos que garantem direito a vida, e principalmente, o poder de decidir quando e de que forma a violência é necessária.

Por esse motivo trazemos o trecho em que o Sargento dá ao prisioneiro adjetivos que o objetificam, com essa postura, Getulio iguala a existência desse com a de mulheres, negros e LGBT's que tem a todo momento os seus direitos básicos questionados dentro do jogo político e os seus corpos objetificados, para que a vida dele também fosse descartável.

O chefe me mandou buscar isso ai e eu fui, peguei, truxe, amansei e vou levar porque mesmo que o chefe agora não possa me sustentar, eu levei o homem ,chego lá entrego. É preciso entregar o bicho. Entrego e digo: ordem cumprida(...) Se for assim mesmo como se diz que é, espero as outras ordens, porque está dada e nem que ele viesse aqui e me pedisse para não levar eu não deixava de não levar, porque possa ser que ele esteja querendo somente me livrar de encrenca, eu levo esse lixo de qualquer jeito, chego lá e entrego. (RIBEIRO, 2003.Pag. 84)

Quando ele trata o prisioneiro como “isso ai”, “bicho” e “lixo”, há a intenção de diminuir o valor daquela pessoa. Na obra o direito a vida é tratado como uma concessão oriunda dos tratados políticos, no fundo é a sua posição ideológica que define se irá viver ou morrer. Quando a conjuntura política se modifica e os sujeitos se deslocam, os direitos que foram autorizados também são revistos.

O que queremos discutir com esses exemplos é que um sujeito criado numa sociedade violenta reverbera essa violência onde quer que passe. É um equívoco pensar que as forças militares, que as atrocidades que a PM comete não são legitimados pela maioria, esses atores são formados no seio da sociedade, formado nas escolas, informados pelos meios midiáticos e educados em meio a famílias, como qualquer outra pessoa.

Trajetos como os do sargento Getúlio tendem a serem reduzidas a uma dimensão individual, expressão de “temperamentos irados”, minimizando-se assim os contextos que os criaram. Quando João Ubaldo elege, nas circunstâncias do romance, um protagonista com formação e patente militar, também fica em causa.

[...] Eu sou sargento da Polícia Militar do Estado de Sergipe. Não sou nada, eu sou é Getúlio. Bem que eu queria ver o chefe agora, porque sozinho me canso, tenho que pensar, não entendo as coisas direito. Sou sargento da Polícia Militar do Estado de Sergipe. O que é isso? Fico espiando aqui essa dobra de cáqui da gola da farda me espetando o queixo. Eu não sou é nada. [...] (RIBEIRO, 2003. Pag. 94)

A sociedade brasileira tem a característica de valorizar e legitimar o trabalho das forças armadas, eles são eleitos como os guardiões da paz e da segurança nacional, há um sentimento de gratidão que encobre práticas criminosas as engrandecendo como grandes feitos, para exemplificar esta afirmação nos sobram exemplos na historiografia brasileira, que vão desde destruição de Quilombos, perpassam pelas crises políticas e todos os tipos de repressão, que existiram tanto na democracia quanto na ditadura, e deságuam hoje nas ocupações em morros e favelas nas grandes cidades.

A idealização que foi construída sobre as forças armadas na sociedade brasileira dificulta a discussão sobre o seu papel na sociedade, as suas instituições, o seu modo de funcionamento e o seu recrutamento, quando não discutimos e nem problematizamos essas questões somos levados a personalizar os absurdos cometidos, criando a falsa sensação que o crime é algo incomum dentro das forças armadas, quando na verdade as próprias instituições constroem linhas de ação que criminalizam setores da sociedade os tornando passíveis de todo tipo de violência.

Na obra quando o Sargento se rebela contra a ordem dada, ele perde toda a base que a instituição e a sociedade lhe garantia, se torna um marginal e começa a ser tratado como tal, ele enxerga que a ação dele como sujeito esteve subordinada as jogadas políticas da época, que decidiam quem era culpado ou inocente.

[...] Sargento, olhe sargento, o problema é que foi um engano, sargento, um engano que foi mandar o senhor buscar o homem em Paulo Afonso, agora temos complicação. Quem disse isso, foi o chefe? Foi o chefe que disse, não

tem mais condição de abertura, a coisa mudou. Foi o chefe que mandou o recado? Foi, foi. E porque não veio ele? An, responda essa. Não veio porque não quer deixar ninguém saber que foi mandado dele. Vem força federal, vem tudo. E o resto se ajesta em Aracaju [...] (RIBEIRO, 2003. Pag. 9)

O percurso do personagem na obra, que sempre ressaltou está ligado á ordem e a lei se torna uma fuga onde o foragido coloca como objetivo cumprir a ordem dada seja qual for o resultado dessa ação, ele toma essa atitude, pois compreende que o mesmo estado que o colocou como algoz o salvará da condição de vitima em que se encontra.

O que ele não compreende é que dentro da estrutura política brasileira é necessário que sempre haja um personagem que carregue em si toda a carga negativa, que assuma pra si condição de algoz da liberdade.

Chauí nos traz essa afirmação *O esquadrão da morte é posto como caso de psiquiatria para não ser tratado como questão política. 2013. Pag. 242.* Ao analisar a obra percebemos que a racionalidade do personagem começa a ser questionada quando ele começa a não obedecer às ordens dadas, mas quando ele desobedece se mostra mais racional do que antes, pois ele começa a pensar qual o seu lugar dentro dessa historia.

O chefe me mandou buscar isso ai e eu fui, peguei, truxe, amansei e vou levar porque mesmo que o chefe agora não possa me sustentar, eu levei o homem ,chego lá entrego. É preciso entregar o bicho. Entrego e digo: ordem cumprida. (...) Se for assim mesmo como se diz que é, espero as outras ordens, porque está dada e nem que ele viesse aqui e me pedisse para não levar eu não deixava de não levar, porque possa ser que ele esteja querendo somente me livrar de encrenca, eu levo esse lixo de qualquer jeito, chego lá e entrego. (RIBEIRO, 2003. Pag. 84)

A personagem principal faz esse exercício a todo o tempo, tentando refletir qual o papel que ele cumpria naquele contexto, em meio ao caos, a única certeza que ele tinha é que deveria cumprir a ordem.

O impasse da narrativa é o cumprimento da ordem, é a partir desse momento que tudo se desenrola e que os conflitos afloram dentro da narrativa, pois a personagem não concebe que mudanças políticas estruturais tivessem impactos nas suas ações, *Num plano geral, Sargento Getulio é uma luta entre o velho e o novo, entre permanência e mudança, entre beligerâncias e não violência, entre o rural e o urbano. (CENCATINI APUD MALCOLM SILVERMAN, 1999. pag. 109.)*

Refletindo sobre essa ultima citação e a buscando para discutir com os outros teóricos aqui visitados, pensamos que essa dialética proposta pelo teórico é presente na sociedade brasileira, mas não se aparenta de forma tão simples, há uma serie de complexidades que precisam ser discutidas em cada colocação. Na sociedade brasileira o velho e o novo se misturam por que o passado nunca é totalmente superado pelas

novas gerações, os valores permanecem e se renovam, por esse motivo acreditamos que os valores que o Sargento defendem não sejam tão retrógrados ou fora de lugar como aparentam ser, dentro da narrativa não é a sociedade que muda e deixa pra trás o seu legado violento, são os atores políticos que alteram a correlação de forças e modificam o cenário político.

As transformações no cenário político transformam adversários em criminosos e dão aos aliados salvo condutos para os crimes que poderiam ter cometido, a questão é que o Sargento não compreende como um criminoso pode ser liberto pela sua opção política e ideológica. Para ele a lei está acima das questões políticas, há partes do livro em que a personagem confunde a lei com a política tornando um espaço onde só a violência impera.

Não é raro ler no livro o Sargento dizer que política para ele só fazia sentido se houvesse imposição da vontade pela violência, o exercício do convencimento não se dá pelo consenso, mas pela coerção, pela força que um dos lados exerce e coloca como derrotado o lado oposto, essa postura não pode ser tomada como algo particular, oriundas de sujeitos, ela é acima de tudo enraizada na sociedade brasileira que sempre teve muita dificuldade em lhe dá com o contraditório.

O governo, facção triunfante ameaçada, move-se na lógica do terror. Para a facção triunfante, como para todas as outras, divergir é ser suspeito, ser suspeito é ser culpado e ser culpado é ser sumariamente condenado a morte. A política é conspiração e golpe, e a policia assume sua verdade, enfim sem mascarar. (CHAUÍ, 2013. Pag. 242)

Essa citação de Chauí nos serve de entrada para adentrarmos na parte em que o Sargento passa a ser visto como uma ameaça a conjuntura política da época e perde a sua proteção. Se refletirmos levando em conta os teóricos que trazemos nesse trabalho e a análise da obra, chegamos à conclusão que as personagens que cumprem ações violentas na sociedade brasileira têm sobre si o risco de ser considerado como único culpado de crimes que ocorreram com a ordem dos seus superiores e legitimação da maioria da sociedade.

[...] Essas alturas, nunca pensei em degolar o tenente, até nunca pratiquei uma degolação antes, só que ele chegou com um lenço branco e falou com Nestor como se estivesse dando ordem num meganha daqueles lá dele. Me olhou: o senhor está fora de uniforme, sargento. Nisso, eu estou conhecendo ele, que chama-se Amâncio e é por demais perverso, todo mundo sabe, e é udenista. O sol batia muito quente e ele enrolou um lenço por debaixo do quepe e espiava a gente com vistinhas miúdas, como de porco. Fala fino, nunca admiti homem de fala fina, se bem que seja o tipo de maior ruindade, possa ser até porque tem a fala fina mesmo. Ele disse, olhando para minha cara, esse sargento desenquadrado retirou um homem de Paulo Afonso e se homiziu na sua terra e eu vim buscar o homem, o sargento e o chofer, o



governo não tolera essas bitariedades. O homem vai. [...] (RIBEIRO, 2003 Pag.72)

João Ubaldo nos traz uma trama em que a opção pela sobrevivência se traduz em desobediência política, o ato do Sargento em descumprir uma ordem dada pelo seu superior pode ser considerado um contraponto a lógica dos acordos forjados nas grandes estruturas e que não levam em conta os estragos que causou essas disputas na sociedade civil.

Faço o seguinte, eu levo, sim. Nunca fui homem de falhar no meio, eu levo, sim. Eu sei que o senhor seu padre da preferência que eu largue esse troço aí, mas não largo e pode dizer que foi até na violência que eu desobedeci essas ordens, mas eu levo o homem, nem que me deixe os pedaços pelai, qualquer coisa. (RIBEIRO, 2003 Pag. 100)

A cultura política brasileira tem entre uma de suas características pactos entre campos opostos que garantem um ar falso de harmonia na sociedade, mas ao mesmo tempo em que esses acordos são traçados, na sociedade civil e em outras partes do estado disputas continuam acontecendo entre classes e movimentos que buscam maioria nos espaços políticos para impor as suas agendas.

Sargento Getulio é resultado dessas disputas, pois ele se ver imerso em um universo que não corresponde à totalidade, ele se entendia como um sujeito ativo dentro do cenário político, mas com o andar da obra ele vai compreendendo que as decisões políticas que modificam a sociedade não estão ao seu alcance e muito menos no meio que ele vive.

[...] Vai até a casa do chefe, que eu quero levar e quero olhar a cara dele e dizer: olhe aí a sua encomenda, pode fazer o que quiser; por mim, pegava esse ordinário e aplicava um merecido logo, que aprontava as coisas, mas não tenho nada com isso mesmo. É isso que eu quero fazer, e quero botar as vistas bem dentro das dele que é para ele dizer na minha cara que não mandou buscar e aí eu digo a ele: quem o senhor mandou em Paulo Afonso, que eu me lembro, aqui mesmo nessa sala, quem o senhor mandou em Paulo Afonso, numa noite, aqui nessa sala mesmo, eu, Getulio Santos Bezerra, tomando um vermute vermelho, aqui quem o senhor mandou para Paulo Afonso para buscar esse criaturo, não foi nem eu. [...] (RIBEIRO, 2003 Pag. 153)

Como havíamos afirmado antes, a sociedade brasileira precisa de sujeitos que representem o antagonismo e personifiquem as características que os setores construíram coletivamente, neste sentido, acreditamos que a personagem Sargento Getulio é a personificação da figura do algoz maldito da historiografia brasileira, que depois de cumprido o seu papel precisa ser retirado de circulação, pois colocaria em risco de contaminação o restante da sociedade.

A formação desses sujeitos que incorporam esses valores e os defendem até a última gota de sangue é de certa forma fundamental para a manutenção da sociedade como ela é, são esses que fazem o “trabalho sujo” de caçar e matar supostos bandidos, de perseguir adversários e corromper as autoridades.

Como vimos na citação acima, o Sargento não aceita ser o único culpado da trama, o caminho de volta é a busca pela inocência que ele compreende a partir do cumprimento do seu dever, na mente da personagem, bastava chegar a Aracaju que tudo estaria resolvido, mas ele não compreende que os atores políticos não aceitam grandes autoridades envolvidas em ações criminosas, por esse motivo o objetivo da caçada imposto ao Sargento é impedi-lo de chegar ao seu ponto de partida e colocar em cheque toda a conjuntura política que foi construída encima dos seus atos.

[...] Aquele homem que o senhor mandou nessa condição, no hudson preto com Amaro, que nem estava lá na hora e estava dormindo na Chefatura ou olhando os crentes na rua Duque de Caxia, que ele apreciava os cantos dos crentes, eu acho, pois então, aquele homem que o senhor mandou não é mais aquele. Eu era ele, agora eu sou eu. [...] (RIBEIRO, 1971. Pag. 154)

A tomada de consciência do seu papel enquanto sujeito coloca a sua vida em risco, pois a sua emancipação trazia riscos às estruturas de poder que haviam sido construídas a partir do convencimento de sujeitos como o personagem principal deste livro. Se prestarmos atenção ao percurso discursivo e psicológico do personagem, atentando para a sua mudança, vemos que o soldado leal ao seu comandante vai se transformando em um insurgente. Em determinado ponto da obra ele reivindica um passado onde cangaceiros dominavam a região.

O Sargento consegue chegar próximo a capital sergipana, morre ao atravessar o rio em um barco bem próximo a cidade que desejava chegar, foi recebido por um batalhão que tinha por único objetivo o impedir de atracar a sua embarcação no porto.

O nosso objetivo neste trabalho não é defender e nem culpar o Sargento ou quem se reconheça nesse personagem, mas tentar refletir em qual sociedade sujeitos como esse são formados, por esse motivo propomos construir relações entre a obra que estudamos e teóricos que se debruçaram sobre momentos da nossa história recente onde atos violentos cometidos pelo estado foram legitimados pela sociedade.

Sujeitos como o Sargento Getúlio não surgem do nada, são construídos cotidianamente para dar prosseguimento a barbárie que existe no meio da sociedade, logo não basta somente puni-los, mas construir novos modelos onde novos sujeitos

sejam formados, neste sentido é fundamental compreender que a sociedade brasileira pouco evoluiu no que diz respeito aos direitos humanos.

### **Construindo diálogos**

Ao fazermos a reflexão a partir do romance sobre o que acreditamos ser a “cultura da violência” na nossa sociedade, não podemos deixar de lado o que ocorria ao nosso redor, a cada passo que dávamos nas nossas reflexões entendíamos o quanto é presente os elementos que a obra literária nos trazia, a nosso ver, a sociedade brasileira ainda resguarda e fortalece valores ligados ao patriarcado que contribuem para que os índices de mortes, agressões, torturas e fatos parecidos aumentem a cada ano que passe.

Os registros do SIM permitem verificar que, entre 1980 e 2014, morreram perto de 1 milhão de pessoas (967.851), vítimas de disparo de algum tipo de arma de fogo. Nesse período, as vítimas passam de 8.710, no ano de 1980, para 44.861, em 2014, o que representa um crescimento de 415,1%. Temos de considerar que, nesse intervalo, a população do país cresceu em torno de 65%. Mesmo assim, o saldo líquido do crescimento da mortalidade por armas de fogo, já descontado o aumento populacional, ainda impressiona pela magnitude. (WAISELFISZ 2016. P.15)

Segundos dados do Mapa da violência 2016 no Brasil em termos de violência, se evidencia um recorde se comparado a outros territórios no mundo que estão sobre conflitos armados, a sociedade aparentemente ordeira e pacífica convive com cenas cotidianas de violência extrema que vão de chacinas a torturas, assassinatos, seqüestros e todas as formas de violências imagináveis que rodeiam o nosso cotidiano.

O Brasil, sem conflitos religiosos ou étnicos, de cor ou de raça, sem disputas territoriais ou de fronteiras, sem guerra civil ou enfrentamentos políticos, consegue a façanha de vitimar, por armas de fogo, mais cidadãos do que muitos dos conflitos armados contemporâneos, como a guerra da Chechênia, a do Golfo, as várias intifadas, as guerrilhas colombianas ou a guerra de liberação de Angola e Moçambique, ou, ainda, uma longa série de conflitos armados acontecidos já no presente século e que tivemos oportunidade de expor em Mapas anteriores. (WAISELFISZ 2016 p.70)

O trabalho que fizemos nos trouxe uma responsabilidade, pois não teríamos a completude dos nossos objetivos se não conseguíssemos trazer esse debate da “cultura da violência” para refletir os dados que as pesquisas sobre o tema trazem, são números que aliados ao debate que propomos, nos auxiliam na interpretação da obra e por consequência do debate realizado na nossa pesquisa, da sociedade brasileira.

No nosso trabalho a violência foi tomada como o centro da nossa análise, pois acreditamos que por mais que as conjunturas mudassem, ela continua presente na vida política, sempre se reinventando, ganhando novas faces e interagindo com as novas circunstâncias políticas e sociais que foram produzidas dentro da sociedade brasileira.

Além da herança do passado colonial e escravocrata, outros fatores podem ser mencionados na tentativa de explicar essa crescente seletividade racial da violência homicida. Em primeiro lugar, a progressiva privatização do aparelho de segurança. Como tem acontecido com outros serviços públicos, como a saúde, a educação e, mais recentemente, a Previdência Social, o Estado vai, progressivamente, se limitar a oferecer, para o conjunto da população, um mínimo — e muitas vezes nem isso — de acesso aos serviços e benefícios sociais considerado. (WAISELFISZ 2016. P.72)

Os modos mudam, as categorias são renomeadas, mas as vítimas continuam sendo a mesmas, se fomos pensar uma linha que liga o primeiro ato violento ao que vamos encontrar na próxima esquina, teríamos a certeza que os traços das vítimas seriam quase os mesmos, o que nos mostra que por mais que a violência no Brasil esteja presente em todos os setores da sociedade, ela tem suas vítimas preferenciais, a maioria da população negra e pobre.

O que presenciamos hoje é que essa ação do estado se fortalece no interior da sociedade, potencializadas e propagadas por outros atores, e nesse quesito não podemos deixar de citar o papel da mídia nessa situação, os setores midiáticos não só se interessaram em informar sobre os casos de violências que ocorrem, eles transformam aqueles fatos em produtos que precisam não somente ser vistos, mas comercializados.

A transformação da informação em produto exige que ela assuma as características associadas a qualquer processo industrial: a necessidade de uma relação econômica entre o que é produzido e aqueles que consomem essa produção. Assim, a informação se desvincula de sua principal função, que é garantir à coletividade condições de cidadania, visando a instruir, noticiar, indagar, esclarecer e dar forma aos questionamentos da população (13). (CARVALHO, FREIRE, VILAR. 2012 Pag. 436)

A comercialização da violência como umas das fontes de lucro dos grupos midiáticos levou parte da sociedade brasileira a conceber como espetáculos chacinas, seqüestros, crimes passionais, todos os dias ligamos a TV esperando que algum fato novo nos choque mais que o anterior e nos prenda a ponto de relativizar tudo que ocorre ao nosso redor, tudo se torna menor perto da barbárie que cresce e não tem mais medidas.

Ao divulgar crimes, os veículos se preocupam com pormenores das situações, tornando a violência um grande e minucioso assunto. A informação jornalística já não basta; o importante passa a ser a perpetuação do interesse pelo crime, comparável ao que ocorre nas novelas, no sentido de levar ao

extremo os acontecimentos para envolver os indivíduos. (CARVALHO, FREIRE, VILAR. 2012 Pag. 436)

Essa espera por algo pior tende a criar um sentimento de naturalização dos atos violentos que fazem parte do nosso cotidiano, esse sentimento faz com que cada morte perca o seu significado e se torne apenas um dado de pesquisa quando for calculado.

Se fizermos o exercício imaginativo de construir a obra que estudamos nos dias de hoje poderíamos conceber que o Sargento Getulio seria mais um personagem montado para que as audiências fossem aos picos quando aparecesse, seria retratado como herói e vilão ao mesmo tempo, a mídia no Brasil cumpre esse papel, ela escolhe a partir da sua narrativa quem são os vilões e os heróis da nossa sociedade.

Agindo dessa forma ela perpetua a idéia de que alguns merecem morrer mais que os outros, fortalecendo a violência ao invés de problematizá-la, colaborando com a máxima que a única saída para a crise que vivemos é aumentar a repressão e diminuir os direitos.

Cultura da violência é promovida pela mídia como uma resposta ao cotidiano social que busca combater a rotina, proteger-se e livrar-se do perigo, em uma negação que equivaleria a uma pessoa dizer “ainda bem que não aconteceu comigo”. Não importa mais a informação, mas o quanto o elemento violência é capaz de ser mantido a fim de expiar a angústia dos indivíduos. (CARVALHO, FREIRE, VILAR. 2012; Pag. 436)

Como tentamos discutir nesse trabalho, a cultura da violência sobrevive onde há espaço para a sua renovação e atribuição de novos significados, essas movimentações não seriam completadas sem a mídia e os seus canais de comunicação em massa agindo junto ao aparato militar repressivo do estado, eles assumiram o papel de colocar os valores militares como centrais no desenvolvimento da nossa sociedade.

Não vamos cair na falsa afirmação que a mídia constrói ou tem grande impacto sobre a violência, de fato, ela não tem poder suficiente para decidir em quais áreas vão ser feitas as ações, quais criminosos vão ser presos e quais serão executados, mas ao mesmo tempo ela incide na recepção dessas informações.

Como afirmamos aqui nesse trabalho, a mídia tem a possibilidade de manipular a realidade, criar factóides e reorganizar os papéis cumpridos dentro da nossa sociedade, mas para isso ocorrer é necessário que certas condições estejam dadas, que o estado crie as condições onde a atuação da mídia venha para fortalecer o seu discurso e tornar a sua verdade universal.

Desse ponto de vista, associar diretamente a programação da mídia ao comportamento violento de grupos ou pessoas significa desviar o foco do problema, deixando de olhar as raízes mais profundas das verdadeiras causas, que incluiriam interações sociais, questões culturais, distribuição de renda, desenvolvimento e educação, por exemplo. Assim, o fato de os indivíduos se identificarem com os conteúdos não significa que reproduzirão atitudes e comportamentos violentos, mas, antes, que tais conteúdos poderão ser entendidos ou percebidos como metáforas, as quais servirão simplesmente para direcionar suas ansiedades e pressões sociais. (CARVALHO, FREIRE, VILAR. 2012. Pag. 437)

Caminhando nesse sentido é importante compreendermos qual o papel mídia cumpre hoje quanto ao debate sobre cultura da violência, para nos auxiliar vamos trazer casos onde o papel da mídia foi o de estimular o pré julgamento das vítimas e vangloriar as ações policiais, distorcendo informações e realçando o que não deveria ser importante.

O modo como ela trata os sujeitos envolvidos demonstra o que queremos trazer aqui, o discurso midiático incorporou algumas linhas utilizada no discurso policial criando o jornalismo investigativo e dando a este muitas vezes o poder de justiça para condenar suspeitos que nem processo ainda tinha, o papel de informar é deixado de lado e em seu lugar a “sede por justiça” ocupa o centro da ação, tornando a matéria em julgamento, muitas vezes ao vivo e sem chances de defesa.

O que presenciamos nos veículos de comunicação é que essas ações que visam a fazer justiça ou clamar pra que ela se realize não é totalitária, nem todos que são pegos em ações ilícitas tem o mesmo tratamento, eles são diferenciados pela classe que faz parte, pela cor e até pelo gênero. Os dados nos mostram que mesmo depois de tanto tempo o alvo principal das ações violentas continuam sendo o mesmo do período escravagista.

Ainda mais perversa e preocupante é a seletividade racial dos HAF, além de sua tendência crescente. Entre 2003 e 2014, as taxas de HAF de brancos caem 27,1%, de 14,5, em 2003, para 10,6, em 2014; enquanto a taxa de homicídios de negros aumenta 9,9%: de 24,9 para 27,4. Com esse diferencial, a vitimização negra do país, que em 2003 era de 71,7%, em poucos anos mais que duplica: em 2014, já é de 158,9%, ou seja, morrem 2,6 vezes mais negros que brancos vitimados por arma de fogo. (WAISELFISZ. 2016. P. 72)

Quando pegamos esses dados e vamos analisar qualquer matéria em jornais ou TV sobre fatos relacionados à violência, vamos chegar à conclusão que a mídia hoje exerce um poder considerável em manter e propagar o uso da força, em defender ações policiais violentas em bairros da periferia das nossas cidades e justificar todas ou a maioria das mortes dos nossos jovens negros como algo que viria a ser bom para a nossa sociedade.

Não se pode atribuir aos meios de comunicação a responsabilidade direta pela promoção da violência como está instituída, mas também cabe a esses meios uma contribuição às políticas de combate à não violência. Entretanto, a mídia explora ao extremo os fatos e acontecimentos violentos, ampliando sua importância e divulgação, às vezes envolvendo-os em uma aura de glória. (CARVALHO, FREIRE, VILAR. 2012. PAG.437)

Vamos aqui trazer duas pequenas reportagens sobre tráfico de drogas que demonstram qual o papel a mídia cumpre hoje, como afirmamos aqui, ela fortalece traços importantes da cultura da violência em nossa sociedade, como o corte racial e de classe como definidores principais para nortear as suas linhas editoriais, são escolhas que passam como insignificantes para o grande público, mas para os olhares atentos são revelações do caráter racista e classista que esses veículos carregam.

A primeira reportagem é sobre “Jovens de classe média” a segunda é sobre “traficantes”, as duas reportagens trazem pontos em comum significantes, nas duas os dois grupos aparecem com drogas, nas duas os dois são compostos por jovens, o que então explica a diferenciação de um grupo do outro? A escolha lexical que o repórter e o seu comando editorial usa ao retratar os grupos sociais.

Vamos apenas colocar os títulos das reportagens do site “Bocão News” para servir como base na nossa interpretação, a primeira é do ano de 2013 aparece dessa forma: **“Jovens de classe média são presos com metralhadora”** a segunda que usaremos é do ano de 2012 e aparece da seguinte forma: **“Traficantes são presos na Liberdade”**. Se formos aprofundar a discussão sobre os termos utilizados, vamos perceber que “Jovens” carregam uma carga semântica ligada a novas experiências, aventuras e formação de caráter, logo o que se passa logo no título da matéria é que para eles aquilo que se passou nada mais é que episódio em determinada fase da vida antes de alcançar a maturidade, quanto ao termo “traficantes” carrega uma carga negativa, ligada ao crime organizado, presença constante no mundo no crime, personalidade já deformada e que carrega o que há de negativo na nossa sociedade.

Em termos de cultura da violência isso significa que “os jovens” merecem uma chance para se reinserir na sociedade e os “traficantes” são um risco eminente que colocam em risco as famílias e por consequência a sociedade, significa que “os jovens” vão ter o direito de continuar vivos e “os traficantes” podem ser mortos a qualquer momento.

É nesse sentido que relacionamos o discurso midiático a nossa discussão, ele fortalece a partir do seu trabalho o que está posto desde as fases iniciais da nossa sociedade, que alguns sujeitos são tão perigosos que precisam ser exterminados para que a paz possa continuar reinando.

É uma sociedade que conheceu a cidadania através de uma figura inédita: o senhor cidadão, e que conserva a cidadania como privilégio de classe, fazendo-a não ser uma concessão regulada e periódica da classe dominante às demais classes sociais, podendo ser-lhes retirada quando os dominantes assim o decidem (como durante as ditaduras). (CHAUI, 2013. P. 262)

Construindo o diálogo entre o que ocorre hoje e a obra que estudamos vamos chegar a conclusão que o personagem principal segue essas duas linhas, uma hora ele é o cidadão intocável e pleno dos seus direitos, quando descumpre a sua ordem perde todas as suas garantias e se torna a representação do negativo naquela sociedade, se fomos construir um paralelo entre as situações vamos compreender que a vida da personagem depende muito mais da sua função social.

### **Considerações e reflexões**

Nesse contexto político que vivemos debater “cultura da violência” é um dos caminhos que podemos construir para sair do impasse criado pelos governantes e caminhar para outro modelo de sociedade, é fundamental que reconheçamos a escalada da violência como um problema social e político grave que ameaça a nossa frágil democracia.

A sociedade brasileira vem perdendo a capacidade de se solidarizar com a dores do outro, os crimes de ódio aumentam paulatinamente, os índices nos mostram que caminhamos para a barbárie sem ao menos refletir quais os impactos que esse caminho nos trará.

O nosso trabalho foi realizado em meio a essa conjuntura, enquanto finalizávamos, quase 300 assassinatos ocorreram em Salvador e RMS, mulheres foram assassinadas pelos seus companheiros, LGBT's foram linchados por grupos, policiais foram mortos e mataram, torcedores de times diferentes se digladiaram e se matavam sem motivo algum. A marcha fúnebre continua sem cessar.

O nosso personagem não faz parte da classe média alta ou da classe política dominante que sempre vai ter o seu direito a vida resguardado, ele padece do mesmo destino da maioria da população, a sua vida vale a importância do papel que ele ocupa, quando o deixa a sua vida perde a utilidade e se torna descartável, é essa a principal questão quando discutimos a cultura da violência, hoje vivemos em uma sociedade onde a vida da maioria da nossa juventude é vista como algo a ser descartado.

Foi importante e valioso ter iniciado o estudo com uma obra tão valiosa como esta que analisamos, mas o nosso trabalho teve sempre como horizonte o nosso contexto



político e econômico atual e como ele incide na violência, na nossa avaliação, por mais que as conjunturas políticas mudassem em nosso país, os grupos dominantes não abriram mão da violência para impor as suas políticas.

Para entender esse momento político atual a gente não pode deixar de lado qual foi o percurso histórico que a sociedade brasileira fez para chegar a tal situação, a gente não poderia deixar de lado as escolhas que foram feitas e o quanto essa impactaram na vida do nosso povo.

Mas em conclusão, pode se dizer que foi a massa indígena e negra, mestiça e cabocla, a que mais lutou e a que mais sofreu a repressão violenta, pois era a que tinha maiores reivindicações sociais; ela foi ambivalente no seu comportamento, essencialmente conciliadora nas relações humanas e ora conformada, ora inconciliável nas relações políticas ou sociais; mais tarde passou a contar com a colaboração de sucessivas lideranças populares radicais que a conduziram para revoltas violentas, suprimidas com cruzeza e que tornaram cruenta nossa historia, pelo sacrifício pessoal de lideres e de gente do povo. (RODRIGUES, 1982. P. 36)

A opção por quem deveria morrer pra salvaguardar a sociedade sempre foi à mesma, se as conjunturas políticas mudaram, e pouco, pois poucas vezes as elites se viram ameaçadas, e quando essa ameaça se tornou real aos seus projetos a utilização da violência foi feita sem nenhuma cerimônia.

Esse trabalho vem na tentativa de contribuir com o debate sobre o crescimento dos índices de violência no Brasil tendo como enfoque principal a conjuntura política e econômica e as suas contribuições para esse cenário, a nossa expectativa é abri mais um espaço onde o debate seja feito sem os discursos passionais, sem pré-julgamentos ou valores que são difundidos na maioria da nossa sociedade.

Precisamos debater violência compreendendo que não precisamos de saídas rápidas que tragam soluções rápidas que ao invés de resolverem os problemas, o intensificam, as saídas propostas pelos governantes para o combate a violência tem sido um dos fatores que fizeram crescer os índices, o aumento de mortes por auto de resistência vem aumentando de ano a ano, o que demonstra os erros que essas políticas de combate e declarações de guerra ao crime organizado têm surtido pouco ou quase nenhum efeito real na pacificação da nossa sociedade.

Com base no nosso trabalho, podemos contribuir que os motivos do crescimento dos índices da violência em nosso país ainda são a desigualdade social, baixo valor do valor salário mínimo que coloca a vida da nossa população sempre em risco, pois nunca é possível viver com tranquilidade ganhando tão pouco, a falta de serviços públicos básicos nas áreas mais populares das grandes cidades, o nosso modelo defasado de

educação que desumaniza o estudante, o professor e todos os envolvidos naquele espaço.

Para nós a solução para o caos que vivemos passa longe das Secretarias de Segurança Pública espalhadas por ai, passam longe das criações de batalhões e UPP's ou ações parecidas, das operações cinematográficas que repercutem todas as semanas nos noticiários.

É necessário reverter o que acreditamos ser o caminho para combater efetivamente o crescimento da violência no nosso país, a sociedade precisa fazer a disputa por um projeto que valorize a vida, que acredite que pessoas podem mudar se as oportunidades forem dadas, que o sistema judiciário aja com justiça e igualdade para tratar a todos de forma parecida.

O que vivemos hoje é o inverso, a violência vem tomando conta das nossas vidas, interferindo no modo como vivemos as nossas relações, como enxergamos as divergências políticas, tudo é motivo para se tirar a vida do outro, desde a sexualidade, até a opção pelo time que se torce, precisamos reverter às políticas públicas, mas precisamos também disputar no seio da sociedade que é necessário formular uma nova maneira de lidar com as diferenças.

Como discutimos aqui, uma cultura da violência não sobrevive somente com o aparato repressor do estado, ele necessita de aporte da população para que siga existindo, é essa legitimação que fortalece a violência como única saída viável para a maioria da população, é necessário criar novas alternativas, novos caminhos que disputem outro modelo de sociedade que valorize a vida e convivência entre os diferentes.

Esse trabalho tenta ser mais um espaço para essa discussão, pretendemos trilhar um caminho que nos possibilite abrir novas portas, entrando em contato com outros trabalhos e outras experiências que nos façam amadurecer a nossa escrita e as nossas pesquisas.

Foi esse o intuito que nos fez chegar aqui, levar a cultura da violência ao centro do debate por meio da análise de umas das obras clássicas de nossa literatura, com a responsabilidade de não menosprezar o livro, mas de criar um caminho de diálogo entre a obra e a nossa sociedade.

## Referencias:

AGUIAR, Neuma. *Patriarcado, sociedade e patrimonialismo Soc. estado*. vol.15 no.2 Brasília /Dec. 2000

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*, tradução de Michel Lahud Yara Frateschi Vieira – 13. ed. – São Paulo: Hucitec, p. 31-49. 2009

BARTHES. Roland; Aula: *aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio da França*, pronunciada no dia 7 de Janeiro de 1977. Tradução de Leyla Perrone Moisés. São Paulo: Cultrix, 2007

BITTAR, Eduardo C. B. *Violência e realidade brasileira: civilização ou barbárie?* Universidade de São Paulo (USP). 2008

BOCÃO NEWS. *Jovens de classe média são presos com metralhadora: Sexta, 02 de Agosto de 2013 - 06:58*. Acessado em outubro de 2016

BOCÃO NEWS. *Traficantes são presos na Liberdade: Quarta, 21 de Março de 2012 - 12:34* Acessado em outubro de 2016.

CADERNOS De Literatura Brasileira, *entrevista feita em 1999 com João Ubaldo Ribeiro*.

CANCELLI, Elizabeth. *Entre prerrogativas e regras: Justiça Criminal e Controle político no Regime Vargas (1930-1945)*. Cadernos do Tempo Presente, n.15, mar./abr., p. 02-35 | [www.getempo.org](http://www.getempo.org). 2014

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade. Rio de Janeiro*, Ed. Ouro sobre Azul, 9ª edição. Edição digital source. 2006

CARVALHO DW, Freire MT, Vilar G. *Mídia e violência: um olhar sobre o Brasil*. Rev Panam Salud Publica. 2012;31(5):435–8.

CHAUÍ, Marilena. *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro/ Marilena Chauí*; organizador André Rocha – Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. (Escritos de Marilena Chauí, 2)

COSTA, Jurandir Freire. *A guisa da introdução: Por que a violência? Por que a paz?*  
In. *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2ª Edição, 1986

DEBERT, Guita Gri. Gregori, Maria Filomena. *VIOLÊNCIA E GÊNERO* Novas propostas, velhos dilemas\* 2007. *Revista brasileira 166 de ciências sociais* - vol. 23

EAGLETON, Terry. *Ideologia*. Uma introdução. Tradução: Silvana Vieira, Luis Carlos Borges – S. Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997

FANON, Frantz. *Sobre a Violência* in OS condenados da Terra. Juiz de Fora, MG: Ed. da Universidade Federal de Juiz de Fora, P. 51-126. 2006.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Sobre Segurança Pública* 2014. Ano 8, 2014.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. 2017.

\_\_\_\_\_. *Anuário Sobre Segurança Pública* 2014. Ano 10, 2016.

GRAMSCI, Antonio. *Caderno 12: apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais* in *Cadernos do Cárcere*, trad.: Carlos Nelson Coutinho, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro 2001.

\_\_\_\_\_. Antonio. *Caderno 19: [Rissorgimento italiano]* in *Cadernos do Cárcere*, trad.: Carlos Nelson Coutinho, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro 2001.

JAMESON, Fredric. *O inconsciente Político: a narrativa como ato socialmente simbólico*, São Paulo: Ática, 1992.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Violência Fundadora E Violência Reativa Na Cultura Brasileira*. SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 15(2) 2001.

PIOVESAN, Flavia. SALLA, Fernando. *Tortura no Brasil: Pesadelo sem fim*. Caderno Ciencia Hoje, Outubro de 2001

PRIORI, A., et al. *História do Paraná: séculos XIX e XX* [online]. Maringá: Eduem, 2012. A Ditadura Militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais. pp. 199-213. ISBN 978-85- 7628-587-8. Available from SciELO Books.

RIBEIRO, João Ubaldo; *Sargento Getúlio* / João Ubaldo Ribeiro – Rio de Janeiro: o Globo; São Paulo; Folha de São Paulo, 2003.

RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural*/ José Honório Rodrigues – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. (Coleção Logos).

SAFFIOTI, Heleieth I.B. *Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero*\* \*\*cadernos pagu (16) 2001: pp.115-136.

VENTURA, Zuenir. *A CULTURA DA VIOLENCIA*. Ensaaios. São Paulo, 2001

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2016: Homicídios por Armas de Fogo no Brasil*. Rio de Janeiro, FLACSO/CEBELA, 2016.

\_\_\_\_\_. WASELFISZ, , *Mapa da Violência 2014: Os Jovens do Brasil*. Brasília. Flacso Brasil. 2014.

## **ANEXO**

Anexo 1: Gráfico sobre a Violência no Brasil:



Fonte: Anuário Brasileiro sobre segurança pública 2016